CONTRIBUINTE	DATA DE RECEBIMENTO	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	Contribuição ou comentário	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	○ PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
			Art. 1º Este código disciplina, no município de Florianópolis, os procedimentos administrativos e executivos e as seraes perais o específicas a serem phedecidas no projeto lineaciamento graculario específicas a serem periodo específicas a serem periodo específicas periodo específicas periodos	Deve haver regras específicas para regularizações e ampliações, diferenciando-as de novas erificandes das existentes e chieto de RFLR com critérios objetivos e excelorados nonformo o	Art. 1 Este código aplica-se também às edificações existentes e que necessitam de ampliação e ou reforma e imóveis objetos de REURB (Regularização Fundária Urbana) Lei Federal 13.465, de 2017, garantindo a legalização das edificações e o direito de		A sugestão não foi acolhida porque o Código de Obras disciplina os procedimentos administrativos e executivos aelicóveis às obras regulatos no Município, conforme as normas propositione aerodos.	N/A
			Art. 1º Este código disciplina, no municipio de Floriandpolis, os procedimentos administrativos e executivos e ao ringuas gerais e específicios a serem obedencidas no projeto, licencialmente, execução, mantereção e ao ringuas partir específicações e específicios e específicios de desimados a funcionamento de rigilios ou serviços públicos, sem prejuízo do disposito nas legislações federal e estadual pertinentes, no âmbito de suas respectivos compretências.	tumicações das étacimits e cajera se reces cum cinienos cajeravos e escanniados cumorime o tamanho e impacto da obra.	ampingue de di relecciona e misves deligens de recordo (registratização fundada o locala) cel Federal 13.465, de 2017, garantindo a legalização das edificações e o direito de propriedade.		A sugestão não foi acolhida porque o Código de Obras disciplina os procedimentos administrativos e executivos apliciaveis às obras regulares no Manicipio, conforme as nomas urbanisticas em vigor. As nauspões der regularização de edificações existentes, especiamentes aquelad exicerentes de processos de Regularização Portudiária Inbrasa (Revolt), apresentam crancitristicas jundicas, urbanisticas e sociales especificas que demandam tratamente diferenciado.	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 1	Parágrafo Único - Este código aplica-se também às odificações existentes, quando os proprietários pretenderem reformá-las ou legalizá-las, mudar seus usos ou ampliá-las.			NÃO ACEITO	Tais particularidades devenn ser abondadas em legislacibo própias, conforme ja jerveito no conformamento justicion coloxicol (al e Federal 173 465/2017) e no montralivas municipais específicas. Incluir critérios esculonados ou regras diferenciadas no corpo do Código de Obras comprometeria a sistematicidade de norma es usa aplicação positivanda. Desas forma, optiou-se por mantera a redeção ceriginal do artigo, sem presjuiz-o de possibilidade de pesquamentações complementares específicas para ou casas de regularização Pesta de segulamentações complementares específicas para ou casas de regularização Pesta de posiçamentações complementares específicas para ou casas de regularização Pesta de posiçamentações complementares específicas para ou casas de regularização Pesta de posiçamentações complementares específicas para ou casas de regularização Pesta de posiçamentações de regularização Pesta de posiçamentações de regularização Pesta de posiçamentações de regularização Pesta de posiçamentações de posiçamenta de posiçamenta de posiçamentações de posiçamenta de posiçamenta de posiçamentações de posiçamenta de posiçamentações de posiçamenta de posiçamentações de posiçamenta de posiçamentações de posiçamentações de posiçamenta de posiçamentações de posiçamentações de posiçamentações de posiçamenta de posi	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	V - Altura de Viziebanço: é a distância verticul entre o nivel natural do terreno e o ponto mais alto do embasamento ou qualquer face encostada na divisa.	È um excesso normativo, esta definição já consta no Plano Diretor municipal.		NÃO ACEITO	A sugestito não foi aceita, pois ainda que a definição conste no Plano Diretor, sua reprodução na Lei do Código de Oteras e Edificações (COE) se justifica para assegurar maior claraza ao letor e facilitar a interpretação sistemirica das nomes urbanisticas. Mantera e definição eculvalvamente no Plano Diretor pode comprometer a comprenerado dos dispositivos do COE que fazem referência ao termo. A consolidado con conceitula entre o es instrumentos visa esturá dividas internetativas e promover maior consolidado con conceitula entre o comprenera con consolidado con conceitula entre o consolidado con con	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	XXI. Marquise: balanço constituindo cobertura, vinculada a pavimento do embasamento, localizado na fachada da edificação;	A definição impede a execução de uma marquise lateral ou nos pavimentos de cobertura		NIO ACTTO	seguracji pirtica. A supestio no foi o izastata, pois a definição proposta tem por objetivo definitar a manquise como elemento de cobertura em balança, vinculado ao povimento do embasamento, opia função priorquis elemento de combasamento, opia função priorquis protecto tempo de protecto de combasamento, opia função priorquis protecto de combasamento, protecto ao combasamento, protecto as equiparso, de segurança, de combasamento, protecto a segurança, de combasamento, protecto a segurança.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (diossario)					Nos pavimentos superiores, estruturas projetadas para fora do plano da fachada devem ser enquadradas como elementos arquitethnicos ou beixais, coefforme as direttices do Plano Diretor. Ressalta-se que não há vedação à implantação de marquise nos afastamentos laterais, desde que	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	XXXI. Parimente em Filidit: conjumb de pilares que sustenta a edificação, resultando em um parimento lom, que deveré permanece, no minimo, ciumajema por certo aberto, a o lorgo do sea perimento, centrodados as faces dispersadas de afastamento lateral e fundos em azão de taxa de ocupação diferenciado; por composições de afastamento lateral e fundos em azão de taxa de ocupação diferenciado;	Excesso normativo, a definição é diferente daquela decorrente da aplicação do plano diretor.		NÃO ACEITO	exages into la confirmation da la parametera de la confirmación de definición no Código de Chica vida exclusioner assu conceita e entra distorcion a nalicidación de misma unidanción. Assuma definición ha contration a Pisolo districto de la confirmación de la c	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	XXX. Projeto Arquiteténico Legal: Documento, composto por desenhos técnicos, como plantas, cortes e elevações com as medidas da edificação que comprovam o atendimento à legislação urbanistica e edicilios, nos termos estabelecidos por forgão licencidado;	Norma não pode citar exemplos " como plantas, cortes"		ACEITO	displicantica d'initiativică do photos, garanimido revezza focuar, malesza de passageni e venniașare, aneni de reforpar a aplicação adequada da norma sobre taxa de ocupação diferenciada. A sugestão foi aceita.	XXX. Projeto Arquiteténico Legat documento técnico que representa graficamente a edificação e demonstra o atendimento às legislação urbanística e edificia vigente, conforme exigências estabelecidas
			urbanística e edilicia, nos termos estabelecidos pelo órgão licenciador; XXXIII. Reforma: obra que implique modificações na área construída ou volumetria, com ou sem alteração	Na verdade existem reformas sem acréscimo de área, que não foram contempladas por essa			A sugestão foi aceita.	pelo órgão licenciador. XXXIIII. Reforma: obra que implique modificação da área construida, da volumetria ou da destinação de uso
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	de uso em edificação;	definición		ACEITO		da edificação:
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	XXXVIII. Seade: parte da edificação em balanço em relação à parade externa do prédio, admitido em casos determinados o uso de apolio estrutural, tendo, pelo menos, uma face aberta para o espaço livre exterior;	accusate como empragada diverga dispete constantes em peleronicia biologia filosa eliquarias, como Arbanul el Cosulto de mi Costo de mando (1815) i establo berullario en colorido en Carotto Amando (1815) i establo berullario en facia solidada), "Usosatio de Termos Técnicos de Arquitetura e Urbanicamo" (publicado pelo CAUJER), Norma NER 118 (Projeto de Estatutura el Costrolo; entre outras. Parace bastante conflitante: ou se trata de uma estrutura de concercio; entre outras conflitantes de c		ACEITO COM RESSALVAS		XXXVIII. Sacuda: elemento arquitetárico projetado para fora do plano da fachada da edificação, com pelo menos um na face aberto para o espora jove esterior, canceloristamente em balanço, admitindo-sa, em casos de retrofit ou reforço estrutural, o uso de apoios complementares.
			VI Subsider pulimento enterrado ou comienterrado Considerano comienterrado o pulimento cuia fino	Identificação de expero pormitivo existentes na Lei do Blano Riceter			A sugestão foi aceita com ressalvas, considerando que a redação foi ajustada para proporcionar maior clareza e explicitar essa possibilidade técnica, sem comprometer a concepção tradicional de sacada como elemento em balanço verificar a necessidade de trazer um conceito de subsolo	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	superior da sua laje de cobertura esteja até um metro e cinquenta centimetros acima do nivel natural do terreno, em no mínimo cinquenta por cento do seu perimetro:	Mention algorithm and the state of the state		ACEITO	Verifical a recessarade de siste un concent de satistico	
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	3. Budude poiment o ottendo o unimentando. Considera ao esmentando polimento (a) final partir da las las jeles observan esta jele al mente o carqueta centralmo acinava de infanta de tesses, em se mismo cinquesta por certo do seu portinetto; a como cinquesta por certo do seu portinetto; a Cal. Esappesdo de destre. Es o certo de las portinettos como contrato de como contrato portinetto de la como contrato que cerca se efetivo da licença concedida e regula a medida possivira, a adequação do respectivo projeto à legislação submissidor.		XLI. Suspensão de alvará: Ato administrativo que cessa os efeitos da licença concedida e impõe a imediata suspensão de obras licenciadas pelo sistema declaratório ou não, com a finalidade de se promover, quando possível, a adequação do respectivo projeto à legislação urbanística;	NÃO ACEITO	A sugestão não foi aceita,uma vez que o procedimento de suspensão do alvará se aplica exclusivamente aos casos de licenciamento declaratório, não abrangendo outros tipos de licenciamento.	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	nilio tem	Incluir a definição do termo calçada (do glossário da LC 739/2023 - Anexo 601). Além disso, para uniformizar a apresentação dos termos que são definidos, deve-se colocar todos em negito ou com fonde diferente para salientar e facilitar a pesquisa pelo usuário. Apenas os 6 primeiros estão em negito.		ACEITO	A sugestão foi aceita, considerando que o Código de Obras aborda o termo cialçada: A definição de termo calegada, conforme consta no glosafia do Palmo Dietror (I.c. 482/2014 altereda pela L.C. 739/(2023) - Anexo 601, foi incorporada ao testo. Alám disso, para garantir a uniformização da apresentação dos termos definidos, bedos serão formatados em negrito, conforme sugerido, facilitando a pesquisa e a localização pelo usuário.	IX. Calçada: parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veicios, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possavia, el mismo postreto de postentação, veitor da calçada ou de pate de noblidario urbano, sanitazação, vegetação e outros fires, acido o passeto parte da calçada ou de pate de noblemento destinado à circulação do de pedestree, neste último caso, separada por printura ou elemento físico separado; five de interferências, destinada à circulação de celebras e, excepcionámento, de ciclástas.
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 3 (Glossário)	§ 2º Abo regulamentar do Poder Executivo poderá dispor sobre outras definições técnicas aplicáveis ao cumprimento desta Lei e do Pitano Divetor.	Faibus dizer que esse poder regulamentador dos tens o condido de suprimir direitos do administratión, one per enfero a selloción desta bal. A definição de "altura de vicinhança" pode gear confito com o conceito de gabantio máximo do Plano Distro, escocalmante em direas de presencação polasgistica ou cultural. O termo "poefi natural" versus" (perfil original" do terreno deve ter critérios clatos de comprevação artificação de considera de considera de considera de considera de comprevação perfil calumente. Se usor destroir os transcentes insugarias os o sinse atérnicadas efficiciamente.		NÃO ACEITO		N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 4	Art. à Vanado exclusimente a characteris de prescriptor edition de municipie, des leis de procrimente, homente qui ocu copue, doit où le algispido comitar permitente, à Préciliaria l'encrusia e focultaria a execução, utilizaçõe menutemplo das condições de establidade, segurança e substituídade aso state, adificações ecupiamentos, de los exponsabilizados por qualquer ainatro ou acidente accorrente de dificiliarios dos projetos, execução ou atilização.	Herendo omissão da fiscalização em casos notóros ou einodentes, poderá incidir responsabilidade solidária por negligância administrativa.		NÃO ACEITO	A superior dos for la accidiná porque a verigo em questio serámes função focultarático do busicipo quera o comprimento das comerca editinas, termoder en ale se apropulsabilidade sectica poi concepção, escução ou uso das edificações. A responsabilidade por eventuais chair possibilidade sectica pois concepção, escução pois como destructivas de responsabilidades o des propertios, conforme provid a focultario dos responsabilidades por exeminante a administrativa a supletina, não seredo disposibilidades escreda pelo Municipo possas inhameza administrativa a supletina, não seredo disposibilidades polos destructivas que a sere a comprimenta que a polo facilidade de secreda polo Municipo possas anterimentarios a policidade policidades policidades policidades policidades facilidades policidades policidades policidades policidades facilidades policidades policidades facilidades policidades policidades policidades policidades policidades facilidades polici	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 6	Art. 6 d'inten de projentation de invived neste promover e secodur dorse, mediante prévio conhecimento e consentimento da Préfetura.	Consentements die Perfektivan com registro para o everciolo de uni direkto (Art. 6/10 il mice Transentiment) periodi erriterpetado de forma escensimente disconsidio, contraturado o principio da hapididada seministrativa. Melfor seria adora "Ticonciamenta" ou "autotração carliorera expectante feguer."		ACEITO COM RESSALVAS	A redução original foi apartada para maior proceda o polícia e al inhamento a oprincipio da siguidade administrativa. O fume formestimente foi activada por l'accionamento foi activada por l'accionamento principio da siguidade administrativa o siguida, el de incluida a segressió fivando necessión para individual de la comparta del comparta de la comparta de la comparta del comparta de la comparta del comparta de la comparta del comparta dela comparta del comparta del comparta del comparta del comparta de	Ast, 6.6 diseits do propositatio do mitovil masta promover e executar obras, meditante prévio conhecimiento e licenciamiento da Prefettura, quando necessário.
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 7	Art. 7 É direito do proprietário do imóvel solicitar junto à Prefeitura o cancelamento ou anulação dos atos administrativos protocolados por ele, caso seja de seu interesse.		Art 7. É direito do proprietário do imóvel solicitar junto à Prefeitura o cancelamento ou anulação dos atos administrativos protocolados por ele e por seu procurador corresponsável, caso seja de seu interesse.	NÃO ACEITO	A proposta de alteração foi rejeltada com base na compreensão de que os procuradores, conforme establecido pola legislação vigente, já possuem competência legal para representar o proprietário em processos administrativos. Incluit al rejevadão no Codigo jenuciana em um exesso normativo, alem de reducidar em disposições já cobertas pelo cordenamento juridico vigente, que recombece os direitos e responsabilidades do procurador nas nestições com a Administração Pública.	NA
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 9	Ast 9 A suitable does produced see immost does documentors previous meste codigo deprendent, quando for o caso, da apresentação do tentul de approvisation para ejectulo ano Regardo não el productivos compressos do proprietado pola sua varaccidade, não implicando sua acestação por parte da Prefethara em reconhecimento do direito da propriedade.	A Prefettor as a longito reportation del investmentació de tranchi or TTM, a cidado i descordo de CMB semo entre recisión así ne activas el registro entre del con el caso de longitoris antegian de pela politicada de diretto de propriedada, del monera, a Prefettoris semo grando partir a longitoris pela politicada de diretto de propriedada, del monera, a Prefettoris semo grando decumento per activa del propriedado de la monera, a Prefettoris semo grando del comprova per activa del prefettoris del comprovação de propriedada, final deve ser derapidada en a spresentación, pelo interessado, de comprovação de propriedade, final deve ser derapidada en a spresentación, pelo interessado, de comprovação de propriedade, final deve ser derapidada en maio de comunidada CTM de respectorio CAMTIGNO. Eleas introducios, a comitar mento para a destaboracionação de partir de comprovação de propriedada de comprovação destaboracionação de partir de comprovação de propriedada de vidado de calcidado, por acestidado de vidado de calcidado de vidado de calcidado, por destaboracionação de propriedado de vidado de calcidado de semandação de propriedado por calcidado de vidado de calcidado, por a separado CTM de calcidado de propriedado por calcidado de vidado de calcidado, por calcidado de vidado de vidado de vidado de calcidado de vidado		NÃO ACEITO	A proposta apresentada fia foi a ceita, considerando que a Prefeihara de Fiorianópolis, abalamente, fiao dispõe de un Cadastra Técnora Mulfinalitánio Municipal (CTM) conflável para substituir a documentação emitida pelos cardinos de registro de iméveis. Portanto, a exigência da aprezentação do título de propriedade registrado no cardinio permanece vilida, especialmente nos casos de usucapilla, Imóveis públicos, posse precisti, e quando o CTM	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 11	Art. 11 O proprietário ou o corresponsável responderá solidariamente aos responsávels técnicos pelo projeto e pela execução da dota pelos documentos que assinar em conjunto com estes.	Responsabilidade excessiva e solidária sem delimitação (Art. 11). A previsão de responsabilidade solidária do proprietário com o Norico precisa sem milhor delimitada. A solidáriedade rela pode ser contrário, pode haver violação ao princípio da pessoal idade da responsabilidade.		NÃO ACEITO	A responsabilidade solidária do proprietário e do corresponsável com os profissionais técnicos envolvádos no profise o execução do altos aest mantidas, como estabeleción nos páginas 233 a 250 do livro O Direito de Construir de Hely Lopes Merielles, que trata da responsabilidade compartificada entre a se partes envolvádas no processo de licenciamento e execução das obras. A solidariade de entre a entre a las partes envolvádas no processo do licenciamento e execução das obras. A solidariade de nor projeto e da execução apeim giualmente responsabilizados promisendos más esquinaça e projeto e da execução apeim giualmente responsabilizados promisendos más esquinaça e como como como como como como como com	N/A
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 11	Art. 11 0 proprietation ou o corresponsável responderá solidarlamente aos responsáveis técnicos pelo projeto o pela execução da des pelos discumentos que assinar em conjunto com estas.	Incorporar os artigos 11 e 77 que tratam sobre a responsabilidade; Art. 11 o proprietário ou a corresponsávir tepodrás a delidirámente aos responsávirs tericios poli porjetos pela escupida do dela pela delicimente que assirár em croquinto com estes. Art. 71 o proprietário, poscusido, o responsávir fácrico e o constiturá são addistramente responsáves pela compremente das nomas de ser conquelo do solo podevida a ficialização laurar auto de influção de forma conjunta ou individualizada. Art. 97 o de termas coloridade persentar en constituida pertada entre ou se conquelo do solo podevida a ficialização laurar auto de influção de forma conjunta ou individualizada. 97 de termas coloridade persentar en constituida pertada entre ou responsáveir 9,70 de termas coloridade persentar en constituida pertada entre ou responsáveir 9,70 de consultar de c		NÃO ACEITO	A proposta de incorporar os artigos 11 e 77 no que tange à responsabilidade não foi aceita. A inclusão de ambos os artigos em uma única seção não será a adequada, pois envolve dois sapectos diferentes da responsabilidade: uma de caráfer geral (Art. 11) e outra focada diretamente na atuação fascalizadaria (Art. 77). Portanto, a melhor abordagem serás mante/los osperados, em suas devidas seções, para evitar confusão e garantir clareza nos aspectos relacionados às responsabilidades gensis el as chiencipes de ciurente a finosiziada.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 12	Ant. 1 à proprietation on commençaciones date a tringische de mateir au edificações de sua proprietades de acedic com o regime aprovados pela frameja de acedic com o regime aprovados pela frameja de acedica com o regime acedim com a regime acedim	Abustização de projeto sem timite temporal ou material (Art. 12, §1°). A chologorioridad de manter o projeto abustizado jumb à Prefetirora sempre que hovoer estração pod que forma derepoporación por projetativa, oproparamente em trovisco com estração pod que por projetativa, oproparamente em trovisco com quando a strustização será engida.		ACEITO	A recipió foi revisada para accionarca que a discipativacidad de manter a projeta expinativida, acutardos julhos discipilidades sen engliere enclamentem non como em para el entenções realizadas requiram licenciamento. Desas forma, fica clara que a abustração do projeto pará encuestada spanse quando bover modificados significacionas que envolvem aspectos que esgan ficanciamento contiente de cermina mentegia.	As 1.2 parprietión ou corresponder dels a divigações de mater as edificações de sua propriedade de acodo como a regima persenha sel destrujentes. § 1º 1 de responsabilidade de propriedade no correspondente, serpera que houar alterações que requisitam incorresmente, manter atualizado parto A Municipalidade de proprieda evaluativado parto A Municipalidade de proprieda evaluativado de parto A Municipalidade de proprieda evaluativado parto a fecunidade parto a manter atualizado parto fecunidade de propriedade entre de companya pública e deveis seguir os destrujes de parto publica e deveis seguir os destruitos parte de parto pública e deveis seguir os destruitos por considera de parto pública e deveis seguir os destruitos por considera de parto pública e deveis seguir os destruitos por considera de parto pública e deveis seguir os destruitos por considerados por considerados por considerados partos por considerados
								moldes determinados em norma específica.

CONTRIBUINTE	DATA DE RECEBIMENTO	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	Contribuição ou comentário	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	○ PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
	RECEDIMENTO		Art. 13 Considera-se possuidor a pessoa física ou jurídica, bem como seu sucessor a qualquer título, que tenha de fato o exercicio pleno ou não de usar o imóvel objeto da obra.	Ausência de definição da natureza da posse (Art. 13):			Entende-se que o direito de construir do detentor da posse, seja direta ou indireta, está garantida sendo que a comprovação da posse pode ser comprovada conforme demais legislações vigentes.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 13		Ausáncia de definição da natureza da posse (Art. 13): A redação fala em "exercicio pleno ou não de usar", mas não distingue claramente a posse direta da indireta, emp rotojea a posse de boa fé, essencial para regularização fundiária. Essa omissão pode gerar insegurança jurídica e indeferimentos arbitrários.		NÃO ACEITO		
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 15	Art 15. A comprovação da posse do imóvel deverá ser realizada mediante apresentação da documentação estabelecida pelo órgão responsável pelo licenciamento urbanístico, sendo este indispensável para o exercício do direito do possuidor.	Oportuno definir quais allo os documentos que, perante o municipio, comprovam a posse do inivivel e observar com atenção este artigo decorre um conjunto importante de contestações de propriedade do municipio, apões administrativas e judiciais. A não comprovação, ou comprovação precisia é fator determinante na ocupação irregular do território, invasões, entre outros		NÃO ACEITO	A proposta de alteração do Art. 15 não foi socita, pois a flexibilização da regulamentação quanto aos documentos exigidos para comprovação de posse do imóvel é uma medida estratégica para permitir a constante abusilização das normas complementanes, conforme as necessidades e específicades do contexto local. Essa abordagem permite que o municipio tenha maior agilidade na adaptação a diferentes situações jurilidas es patiticas que possam supráe.	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 16	Art. 16 O possuidor terá os mesmos direitos e responsabilidades que o proprietário.	Equipanção piena com o proprietário sem rescalava (Art. 16). A estensão automática dos misenans diseños de olevera podem garán confloto com o vendadelos proprietário (oce an disputas possessórias) e dificultar o controle da tribularidade dominial. Recomenda se condicionar a equipanação a situações de posse mansa e pacifica, com animus domini.		NÃO ACEITO	direito de construir é um direito do possuidor, desde que este esteja em conformidade com a legislação vigente, como o proprietário, sem que isso signifique que o possuidor tenha os mesmos direitos relacionados à titularidade dominial que discusta de propriedade.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 17	Art. 17 É obrigatória a assistência de profissional responsável técnico habilitado na elaboração de projetos, na execução e na implantação de obras, sempre que assim o exigir a legislação federal relativa ao exercício profissional, ou a critério da Prefeitura, sempre que julgado necessário, ainda que a legislação federal não o exija.				A proposta de alteração foi aceita com ressalvas. A Prefeitura visa garantir que toda atividade técnica apresentada no âmbito dos processos administrativos previstos nesta legislação possuam profissional técnico devidamente habilitados.	Art. 17 É obrigatória a assistência de profissional responsável técnico habilitado na elaboração de projetos, na execução e na implantação de obras, nos termos da legislação federal relativa ao exercício profissional, assim como nas demais atividades téricas, sempre que julgado necessário.
SINDUSCON	12/05/2025			Oporfiscional esponsales dels proprior arquitentesco NAO E SOLIDARIO na responsabilização por distinentes de exercipció de contrasção. A legislação FEDERAL atraça o tema. Esse artiga 18 dives aer todo excluído.	\$ 1 Plans ou effecto desta los use considerado como profisionant responsabel factorio. Del profisio dischapacido por los prosperimentos, especial esclapacido por los prosperimentos, especial escupidado por la escupidado de se un salvallos. Les como profisiones, especialização de se un salvallos, tem como como como como como como como co	ACETO COM RESALVAS	OAT 18 in mitura doi imple adilizationade eine ou perfessionaire reportatives pilet presen arquitettores pilet service politica del confessional presentation per la confessional presentational presentational presentation presentational presentation are perfessional presentational presentation are produced presentational presentation are produced presentational presentation are presentational presentational presentation are presentational presentational presentational presentation are desirable essential presentational presentation are desirable essential presentational presentational presentation are desirable essential presentational presentational presentational presentational presentation are presentational presentational presentation are presentational presentations are desirable essential presentational presentation are desirable essential presentation are presentational presentation and presentation are presentation and presentation are presentation are presentation and presentation are presentation are presentation and presentation are prese	As 1.1 O professional responsable favorire habilitade poderá stata crididada se solidarimente, como responsable pode secução do circa. \$1.1 Para se effecto desta los que considerado como professional responsable fávorire pode do circa. \$1.1 Para se effecto desta los que considerado como professional responsable fávorire pode establecação do propios arquitentionas que como professional responsable fávorires. As experiences que care poderá pode como dos de passa participado esta pode de care poderá pode poderá pode de care poderá pode de care poderá pode de care poderá pode de care poderá pod
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 22	An 23 Found dispersable do lacendamento de dans as seguintes intervenções: La reforma e impraza de himida de la regulaçõe de la regulaçõe de la reforma de la regulaçõe de la reforma de la regulaçõe de la reforma de la regulaçõe de la regulaçõe de la reforma de la regulaçõe de parte de parte de la regulaçõe de la regulaçõe de parte de la regulaçõe de	As dispensar de l'accidimento par obtes qui n'el implique mahino; de des parlimetros un'eliminaticos (par IZ del 196 devente moder a movies en APC. 14è al uma fafra contradiçõe que articul aos invients en APC algan valor testórico. Não hái. Os invients en APC ad a contradiçõe que articul aos invients en APC ad a contradiçõe que articul aos invients en acurantes en sua volumetria e uso.		NÃO ACEITO	A proposal de liculatió des industes de mitigates de la populació de loculación de la consciención proprieta o inscessi di des 172 coloran de oligano for cast l'Act de Piero Diero Piero Piero, que estableció en nocisidade de audicio por attenueção resoas áreas, em determinados casos. Aixós que os encosables de audicio por attenueção resoas áreas, em determinados casos. Aixós que os proportacios de videnta, que e interprito a lagragión unidas com elementos culturas a serim preservador. Portanto, ado á possivel dispensar o Ecerciamento nectes casos, seb piena de fieir a significión un desirios municipal.	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 24	ambiental: Al. 30 l'encelamento urbanistico é o conjunto de alco administrativos que comprende a aprovação de Al. 30 l'encelamento urbanistico é o conjunto de alco administrativos que comprende a aprovação de control, por parte de Municipia, de administe considerado elicito. Al plançação fo parte a de Municipia, de administrato elicito elicito de porte de administrato elicito elicito elicito que vertica a conformadade de projetico universación com a legislação urbanistrato e elicito sigente. Al plançação fo parte a su administrato intervidado pois Municipio que vertica a conformadade de projetico universación com a logislação urbanistrato e elicito sigente. Al plança de locação por contrair a da amentimativo realizado pois Municipio que recorribacio e delibro de ingrimenda para contrair a coministrato in realizado pois Municipio que recorribacio e delibro de ingrimenda para contrair a contrair a da deministrato in realizado pois Municipio que recorribacio e delibro de ingrimenda para contrair a contrair a del deministrator in realizado pois de dificação, conforme a proprio aprovado, par consider das concritança comprendos à los que possibles de conforme a proprio aprovado, par consider das concritança comprendos a los que possibles de concritança electron acceptado ou sus.	Transfers or definições de Tigenospilo do projetir e Tibera de Licença de Construçado e Tibiliberal para o Artigo 3 — Extinções, para uniformazar entendimentos e facilitar a consulta pelo cidado.		NÃO ACEITO	A seculha de mateir saus defectos co Artigo 74, que tras aportificament de l'acconsimente ménaticos, via gardina mos criaces a contacto en missição aos atos deministrativos qui complem o processo del lociciamento. Este stermos de Antigoriamento, para e estermos de processo de lociciamento en sua terálidade, a en amelho se no própio ratigo que descrivos o procedimento, facilita o comprensado des catadades portes o aposiciamento para en entre considerante o procedimento, facilita a comprensado des consultar custo a seção do cidigo.	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025		An 2.18 a granoporto do propinto e o labard del locença para construir des athiridades edificias se dadi por melo de certa de la seguira modificades. 1. Liconocimento Regular; 1. Li	Sugestão de inclusão do § 3º. Considerações: Eliquido justificativas de FLORAM (Tabela do Parecer Monico: Minida PL.C.Código de Cibros e Efficações) in visitações arriga do Art. 3 (invençadas pala LC 707/2001) estabelecia que Resolução COSEEMA, do poderiam en argonoste or inhamistramente (fivrad de construçõe) aprio a resolução de Cosepta Agrica de Construções) aprio a entrestado de Licença famelarda de Instalgada. Cala esta estabelecia de Instalgada, Los estas estabelecia de Instalgada, Los estas estabelecia de Instalgada, Los estas estabelecia de Instalgada, cala de Cosepta de Instalgada de Ins	\$ 3º Para, o cono de emprendentento rejolar a la locación antica ambiental, conforme Amenar V de Resolución COMERÁN en 2001/2016 A enco libro de Resolución COMEMA nº 231/2014, debrigatória a obtenção de licença ambiental de instalação (CAR) anteriormente à emissão do alvará de continução.	NÃO ACEITO	A exiglence de que az anticidades explata a l'Accominentes uniformité de proseminior que de a- cheración de Licensa, de l'accident de lestadade, del paris de presente subjection arbitente especiale. A l'accident dessa déregada non Cédep de Circus L'Editicação, priorité para redundidade, comertimo, anima ser ace que a ferma redepos code exploración expressiva de provincia de presente destroite de provincia depos code procisa experimente de formit despendent conformir sus normas arbitentaria vigorizar a dessa Coldago de Otras não deve se sobrepor ou regulamentar meditaria, ja disciplinada por legislação ambientaria, pois a compretência para regulamentação discas auxi e anticular sun riegidos ambientas, pois a compretência para regulamentação discas auxi e anticular sun riegidos ambientais.	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 26	Aff ab. II (decidinated of encucaces com acesso areas incovins estabase approxima a passect on design estabatic company.) Paráganto sinico. Fica autorizada a redução de reserva de falsa não edificável ao longo dessas rodovises até o limite de 5 (cinico) metros de cada lado.	Associates la socializantes de edificações em Terreco de Mariña a sobre, sobre sobre singuismo de la sobre principal de la sobre della so		NÃO ACEITO	A lacidade de óptice respectifica no secto de Collego de Otras content a política rementale, uma ser que tias comprehense de a trespectivos deplica sebal definició em legislor espectifica, como a norma de dominio de SPF (Descritar de Parimicios de Stale), QMT (Departamento Nacional de Inflaestrativas de Transportar), Autoricha Materia, escore. Além dicas, este elegisloció de óptica inflaestrativas de Transportar, Autoricha Materia, escore. Além dicas, este elegisloció de optica inflaestrativas de Transporta, Autoricha Materia, escore. Além dicas, este elegisloció de optica podern ser alteradas por mudanças legislativas ou administrativas, como já scorese em algumas sahar/des.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 28	\$1. The case of Econocimento declarations, o prace de validade assed de um ano e a monocopio est obtavio de forma declaration independence apresentação de la desde de visarios com internos de forma de celestration de responsable pola escução de characion de la completa del completa del completa de la completa de la completa de la completa de la completa del compl	\$1º O previo aprevado prietar las auxilidade cano ciorna altrasição nos pademetros urbanéticos da legislação segente, altro a se construção já leira troba incluidad. Neste assurto dive prevalecer a norma especificada no plano diretor municipal.		мÃо АСЕТО	A superation due for a contrible, gious or giff 20 AH 7. 28 for Coding on Chicas strate da validade for groppes agreeaded on access of the superative depositions on gene and extraction of the superative depositions depositions depositions deposit	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 28	Art. 26 o laivat de l'icença para constituir sent visible pello prazo de validade sesi de um ano a renovação sesi odicia de especidos. 25 Ti-los caso de l'icenciamento declaractino, o prazo de validade sesi de um ano a o renovação sesi odicida 55 Ti-los caso de l'icenciamento declaractino, o prazo de validade sesi de um ano a o renovação sesi odicida entre como como como como como como como com	Ar. 28, 59 " Rectorger sociologico do beccamento declarativo a um hierita dual 3 inces espatias, por um Rectorger sociologico de la companio del la companio de la companio del la compan		NÃO ACEITO	Control of the Guide Linear Control of the Control	N/A

CONTRIBUINTE	DATA DE RECEBIMENTO	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	CONTRIBUIÇÃO OU COMENTÁRIO	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
			Art. 30 O licenciamento de reformas somente poderá ser solicitado para edificações que possuam Habite-se, salvo nos casos específicos de retrofit.	Vincula o licenciamento de reformas à existência de habite-se, excetuando retrofit. No caso de novos projetos em terrenos com edificações não regularizadas, o texto permite o			Os objetivos levantados já estão contemplados por instrumentos legais vigentes, não sendo necessária a replicação no Código de Obras.	N/A
				novos projetos em terrenos com edificações não regularizadas, o texto permite o licenciamento desde que não haja parcelamento irregular ou desvio de uso.				
				É prudente estabelecer prazos e incentivos à regularização das edificações existentes e daquelas em áreas de retrofit em parafelo ao novo licenciamento.	Art. XX Em edificações antigas existentes é permitido acoplagem de varandas em retrofit.		condicionamiento do icenciamiento de retormas a existencia de Habite-se visa garantir a regularia da edificação, excetuando-se os casos de retorfo, devidamente amparados pela Lei Complementar o 769/2024, que trata da adequincião de implusió em estroffo a la resultanda propositiono, inclusiva	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 30		E importante ajustes na legislação sobre modificações em fachadas de edificios e as restrições de uso e espaços. Adaptando os imóveis às normas atuais e revitatizando as edificações de prédios antigos destacando a érea leste da região central de cidade.	Art. XX Em edificações antigas existentes é permitido acoplagem de varandas em retrofit. Podendo proporcionar a valorização do imóvel, a modernização da fachada e a criação de um espaço adicional para os moradores.	NÃO ACEITO	para acréscimos volumétricos. Além disso, a Lei Complemente nº 374/2010, que dispõe sobre a requisirización de construcces irregulares e clandestinas, permanecerá visente e com protocolo	
				antigos destacando a área leste da região central da cidade.			Dart 30 de minita está meligido em conformidade com a legislação municipal sigues. O condicionamento de liconáriamento de refinema à estárcitacio de Hodine e via agrantira in engularidade da edificação, exectuações es o caso de estretifi, devidamente ampasados pala La Complementar de a partira de la complementar de la complementar e 27/2070, que dispose des para acrisciamos vulcimidades. A lam disea a La Complementar e 27/2070, que dispose em para acrisciamos vulcimidades e constructos e impalar se disordentes as permanenceal registes e complementar de regulatorios de construções insignadares e clandestesas, permanenceal registes e considerando e cinazo regulator de estamos de 3111/2/200.	
							Portanto, não se mostra necessária a alteração do art. 30 nem a criação de novo dispositivo para tratar da matéria, evitando sobreposição normativa e mantendo a coerência entre os instrumentos	
			Art 30 C linearismento de reformas compete poderi cor colicitado para edificações que possuam	- Art. 30: quem não possul habite-se não pode licenciar a sua reforma? Deixar				M/A
			Art. 30 O licenciamento de reformas somente poderá ser solicitado para edificações que possuam Habite-se, salvo nos casos específicos de retrofit.	isto claro no texto.	Art 30. O licenciamento de reformas para edificações sem habite-se deverá incluir a		legas estambas. En via de segas, não é adequado unificar os processos de licenciamento de reforma com o procedimento de regularização, pos a explicirs de Mabble e se cal estamente reducirsosa à procedimento de regularização, pos a explicirs de Mabble e se cal estamente reducirsosa à commencia viscos estamentos de respector de commencia viscos estamentos en considerados estamentes en conformidados com a lagislação unidantica vigente. A excepção do resetto finado por conte da LT-SEXTACE, que oferces una susquiração suspensidados estamentes que a enforce da LT-SEXTACE que de reforma una susquira por espata a partir sobre por conte da LT-SEXTACE, que de reforma una susquira por espata a partir manifesta de contenta de c	1970
ACOF / IMAVI / CDL / DAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 30			Art 30. O licenciamento de reformas para edificações sem habite-se deverá incluir a regularização da parte que não foi licenciado, devendo denominar-se alvará de reforma com regularização. Nas edificações com habite-se ou retrofit o alvará será apenas de reforma.	NÃO ACEITO	envolve vistorias especificas, como habite-se sanitário, habite-se do bombeiro, entre outras, que são necessárias para atestar que a edificação está em conformidade com a legislação urbanística vigente.	
					reforma.		A exceção do retrofit foi trazida por conta da LC 763/2024, que oferece uma solução específica para regularização de edificações irregulares ou clandestinas construídas até o marco da LC 374/2010, constante em recesa as coformas desem entre acompanhadas da existência de Habitica.	
			Art. 31 Em terrenos que já possuam outras edificações não será necessária a regularização destas para o licenciamento de novas edificações, desde que não esteja caracterizado parcelamento irregular do solo ou	No caso de novos projetos em terrenos com edificações não regularizadas, o texto permite o licenciamento desde que não haja parcelamento irregular ou desvio de uso.			en paramo en regra as recomersas ouvern essa accompaniadas da exegencia de naturesas. A proposta contida no art. 31 da minuta está em consonância com a legislação urbanística vigente, permitindo o licenciamento de novas edificações em terrenos com construções não regularizadas,	N/A
			desvirtuamento do uso.	É prudente estabelecer prazos e incentivos à regularização das edificações existentes e daquelas em áreas de retrofit em paralelo ao novo licenciamento.			desde que não haja parcelamento irregular do solo ou desvirtuamento do uso, e que os parâmetros urbanísticos globais do lote sejam atendidos.	
			§ 1º Será indispensável que as edificações existentes estejam devidamente locadas, mencionando os afastamentos edimensões externas, bem como consideradas no quadro de áreas, para atendimento aos parámentes unhantiscos do somatório das edificações. § 2º O levantamento das unidades não acarreta em regularização das edificações existentes.	em áreas de retrofit em parafelo ao novo licenciamento.			desde que não haja parcelamento irregular do solo ou desvirtuamento do uso, e que os parámetros urbanisticos globals do lote sejam atendidos. As edificações existentes dewen ser corretamente locadas e consideradas no quadro de áreas, sem que isso configure sua regularização automática, conforme expresso no § 2º.	
			parametros urbanisticos do somatorio das edificações. § 2º O levantamento das unidades não acarreta em regularização das edificações existentes.				Ressalte-se que o Município já possul instrumentos legais específicos para regularização de imóveis, como a Lei Complementar nº 374/2010, que trata das edificações irregulars e cindestinas, e a LO nº 763/2024, que trata da adequação e modernização de edificações por retrofit. Esses diplomas oferecem os mecanismos legais para regulatrização sem a necessidade de duplicidade normativa no	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 31				NÃO ACEITO	763/2024, que trata da adequação e modernização de edificações por retrofit. Esses diplomas oferecem os mecanismos legais para regularização sem a necessidade de duplicidade normativa no	
							Código de Obras. A dispensa da recularização prévia das edificações existentes não exime o Município de aplicar as	
							A dispensa da regularização previa das edificações dosserires não eximir o Marinapio de apricar as sanções cabíveis previstas na legislação vigente, inclusive no que tange à regularização fundiária, ao uso do solo e à edificação irregular.	
							A proposta não concede anistia nem favorece a proliferação de irregularidades — ela apenas preserva a autonomia do Município em avallar a possibilidade de novas construées sem prejudicar a exigência de atendimento nomativo e de responsabilização das irregularidades existentes.	
			Art. 31 Em terrenos que já possuam outras edificações não será necessária a regularização destas para o licenciamento de novos edificações, desde que não esteja caracterizado parcelamento irregular do solo ou desvirtuamento do uso.	Art. 31 – "Em terrenos que já possuam outras edificações não será necessária a regularização destas para			A preccupação levantada é compreensível, mas já se encontra contemplada na própria redação do artigo 31, que condiciona o licenciamento de novas edificações ao asendimento dos parámetros urbanísticos do somatório das construções existentes e propostas. Dessa forma, o porte das edificações já é limitado indiretamente polos indices urbanísticos aplicáveis ao lote.	N/A
				Tiente de l'accepte de la possuam outras edificações não será necessária a regularização destas para o licenciamento de novas edificações, desde" É necessário estabelecer um limite para o porte de edificações existentes, sob pena de valer para edificios, o que será um absurdo.				
			§ 1º Será indispensável que as edificações existentes estejam devidamente locadas, mencionando os afastamentos e dimensões externas, bem como consideradas no quadro de áreas, para atendimento aos parâmetros unbantísticos do somatório das edificações.				O art. 31 da minuta permite o licenciamento de novas edificações em terrenos com construções existentes não regularizadas, desde que não haja parcelamento irregular nem desvio de uso, e desde que sejam respetitados os parâmetros urbanisticos do coejumo edificado no lote.	
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 31	§ 2º O levantamento das unidades não acarreta em regularização das edificações existentes.			NÃO ACEITO	Enca condición impada a aprovação de souse projetos em lotas cada as adificações existentes in	
							excedem os limites urbanisticos permitidos. Nesses casos, não se viabiliza o acréscimo de novas áreas construidas, sendo possível apenas a regularização das edificações preexistentes, desde que atendidos os requisitos da Lei Complementam nº 374/2010, que trata da regularização do construções	
							atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 374/2010, que trata da regularização de construções clandestinas e irregulares, inclusive quando ultrapassam os parâmetros do Plano Diretor.	
							A proposta não concede anistia nem favorece a proliferação de irregularidades — ela apenas preserva a autopornia do Município em apullar a populitidade de popula constituciões pom regulativa a existência.	
			Art. 32 O alvará de licenca poderá, a qualquer tempo e assegurada ampla defesa à parte, mediante ato da	Estabelece hipóteses claras de perda de eficácia do alvará, respeitando o devido processo			a autonomia do Município em availar a possibilidade de novas construções sem prejudicar a exigência de atendimento normativo e de responsabilização das irregularidades existentes. A preocupação com o possilvel excesso de poder discricionário na atuação do autitor é	N/A
			Art. 32 O alvará de licença poderá, a qualquer tempo e assegurada ampla defesa à parte, mediante ato da autoridade competente, ser:	legal. O parágrafo único dá poder ao servidor auditor para suspender alvarás obtidos por meio declaratório, o que REFORÇA O CONTROLE PÓS-LICENÇA.			A preocupação com o possível excesso de poder discricionário na atuação do auditor é compresensivel. Contudo, a norma proposta não confere liberdade limitada ao servidor, mas sim define um mecanismo de controle cautelar necessário ao bom funcionamento do sistema declaratório, com salvaguardas legais e processuals já previstas na minuta.	
			I revogado, atendendo a relevante interesse público; III - cassado, em caso de desviruamento, por parte de interessado, da licença concedida; III - amulado, em caso de comprovação de liegalidade em sua expedição. IV- suspenso, em caso de irregularidades sansivien no licenciamento.	Sem critérios objetivos de auditoria, o poder de suspensão pode ser interpretado como discricionário em excesso.			salvaguardas legais e processuais já previstas na minuta. O parágrafo único do art. 32 trata da suspensão de alvará obtido por sistema declaratório quando	
				GARLITCHONISTO WITH WOODSAND.			constatadas irregularidades sanáveis, sendo um ato administrativo fundamentado que visa interromper temporariamente os efeitos da licença até a devida correção.	
			Parágrafo único. A suspensão de alvará se consubstancia em ato fundamentado, exarado pelo servidor responsável pela auditoria, que retira a eficácia do alvará de licença para construir, obtido por meio do sistema declaratório, enquanto não cessamem os motivos que ensejaram a suspensão.				Essa medida não é discricionária em excesso, pois está vinculada à verificação objetiva da	
			sistema declaratório, enquanto não cessarem os motivos que ensejaram a suspensão.				desconformidade do projeto com a legislação urbanística, conforme definido no glossário da minuta e reiterado no art. 43, da Subseção i "Auditoria" da Seção III, Capítulo II, que regula com mais detalhes o procedimento asseurando:	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 32				NÃO ACEITO	necessidade de fundamentação técnica e legal para a suspensão;	
							- concessão de prazo de defesa de 15 dias ao interessado, nos termos do §2º do art. 43;	
							- análise colegiada por meio da Comissão de Auditoria;	
							- previsão de regularização da situação, com prazos e possibilidade de prorrogação (§§3º e 4º);	
							 - e, em última instância, adoção de medidas como anulação do alvará, embargo e demolição, apenas quando não for posalvel a adequação (§5°). 	
							Portanto, a suspensão cautelar é instrumento legitimo de controle pós-licença, respeita o devido processo legal, não é arbitrária e está inserida em um rito normatizado e transparente.	
			Art. 32 O alvará de licença poderá, a qualquer tempo e assegurada ampla defesa à parte, mediante ato da autoridade competente, ser:	Trazer os conceitos previstos no art. 32 que tratam sobre as penalidades ao art. 3º; Verificar que o art. 43 também trata sobre a suspensão de alvará. A explicação pode estar em artigo único e no art. 43 mencionar apensa a sua possibilidade;			Quanto ao pedido de inclusão dos termos no Giossário (Art. 3º), a sugestão foi acolhida, por contribuir para a precisão conceitual e a segurança jurídica do texto normativo.	Incluido no Art. 3*:
			I- revogado, atendendo a relevante interesse público; II - cassado, em caso de desvirtuamento, por parte do interessado, da licença concedida;	art. 43 mericionar apenias a sua possibilidade,			Já quanto à proposta de reunir em artigo único as hipóteses de suspensão, entendemos que não se mostra necessária. A suspensão cautelar de alvará aplica-se exclusivamente ao contexto do	Revogação de alvará: Ato administrativo discricionário que extingue os efeitos do alvará por motivo de converiência ou oportunidade da Administração Pública, desde que não haja liegalidade, em atenção ao interesse público superveniente.
			I-revogado, atendendo a relevante interesse público; II - cassado, em caso de desvirtuamento, por parte de interessado, da licença concedida; III - anulado, em caso de comprovação de llegalidade em sua expedição. IV- suspenso, em caso de irregularidades sanáveis no licenciamento.				Já quanto à proposta de reunir em artigo único as hipóteses de suspensão, entendemos que não se mostra necessária. A suspensão causteiar de alvará aplica-se exclusivamente ao contento do licenciamento delcaratrior, razão pela qual sua disciplina no Art. 43, Inserião na Subseção I – Auditoria, da Seçola III — Licenciamento Declaratriorio, assegura a coesão temática e a organização sistemática da norma.	Cassação de alvará: Ato administrativo que extingue os efeitos do alvará em razão do desvirtuamento da finalidade para a qual a licença foi concedida.
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 32	Parágrafo único. A suspensão de alvará se consubstancia em ato fundamentado, exarado pelo servidor responsável pela auditoria, que retira a eficácia do alvará de licença para construir, obtido por meio do sistema declaratório, enquante não escaremo so motivos que ensajaram a suspensão.			ACEITO COM RESSALVAS		Anulação de alvará: Ato administrativo que declara a pulidade do alvará quando verificada ilegalidade em
			sistema declaratório, enquanto não cessarem os motivos que ensejaram a suspensão.				Essa opção evita a aplicação indevida da medida a outras modalidades de licenciamento e reforça a lógica própria do sistema declaratório.	sua concessão, seja por vício de procedimento, competência ou inobservância da legislação aplicável.
								Concelto já existente: Suspensão de alvará: Ato administrativo que cessa os efeitos da licença concedida e impõe a imediata
								suspensão de obras licenciadas pelo sistema declaratório com a finalidade de se promover, quando possível, a adequação do respectivo projeto à legislação urbanística;
			Art. 32 O alvará de licença poderá, a qualquer tempo e assegurada ampla defesa à parte, mediante ato da	Art. 32 –			Apesar de os efeitos práticos (cessação dos efeitos do alvará) se assemelharem, os fundamentos jurídicos que embasam cada medida são diferentes e justificam o seu tratamento separado no texto	N/A
			autoridade competente, ser:	Art. 32 — Qual a diferença de consequências entre os 3 primeiros incisos? Me parece que as consequências são as mesmas: tomar sem efeto, definitivamente ou temporariamente, o alvará de licença. Desse modo, bastráat rea sepans um ou dois topos deles, em vez de 3 lipos de invalidação do alvará de licença. Desse modo, propõe-se manter apenas dois institutos: anulação (vicio de legalidade) e cassação Desse modo, propõe-se manter apenas dois institutos: anulação (vicio de legalidade) e cassação			legal, conforme a doutrina do Direito Administrativo:	
			I- revogado, atendendo a relevante interesse público; II - cassado, em caso de desvirtuamento, por parte de interessado, da licença concedida; III - anudado, em caso de comprovação de llegalidade em sua expedição. IV- suspenso, em caso de irregularidades sanáveis no licenciamento.	licença. Desse modo, propõe-se manter apenas dois institutos: anulação (vício de legalidade) e cassação			Revogação (inciso i) é a retirada do ato administrativo por motivo de conveniência ou oportunidade, diante de relevante interesse público superveniente. E um ato discricionário, licito desde a origem, mas tornado inoportuno dianté de novas circumstências.	
			IV- suspenso, em caso de irregularidades sanáveis no licenciamento. Parágrafo único. A suspensão de alvará se consubstancia em ato fundamentado, exarado pelo servidor	(desvio de finalidade pelo requerente); "revogação" seria reservada a interesse público superveniente.				
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 32	Paragrato unico. A suspensao de aivara se consubstancia em ato fundamentado, excatado pero servidor responsável pela auditoria, que retira a eficácia do alvará de licença para construir, obtido por meio do sistema declaratório, enquanto não cessarem os motivos que ensejaram a suspensão.			NÃO ACEITO		
							Anulação (inciso III) é o reconhecimento da llegalidade do ato desde a sua origem, impondo sua retirada por vício de legalidade, como erro de análise técnica, ausência de documentação ou violação	
							de norma urbanistica.	
							Assim, manter os três institutos proporciona maior segurança jurídica, precisão conceitual e possibilidade de atuação proporcional e adequada pelo poder público, conforme o fundamento específico de cada situação. Tal étalingão é amplamente reconhecida na doutrina clássica e na jurisprudência dos tribunais superiores.	
							específico de cada situação. Tal distinção é amplamente reconhecida na doutrina clássica e na jurisprudência dos tribunais superiores. Diartino será exeluído no pratado não house análise.	O artino será evoluído
			Art. 34 Admite-se a aprovação automática de projetos por meio de ferramenta com inteligência artificial ou outra tecnologia, desde que a tecnologia assegure a verificação integral do atendimento à legislação urbanistica vidente.	A tecnologia em I.A. Inteligência Artificial vem colaborar para trazer velocidade e agilidade ao processo, mas o uso de 100% da I.A. na aprovação de documentos não é recomendada, pois noderá haver critários e nostros sonojués que ainda necessitam de apidise non confissional			u artigo sera excluido, portanto não houve análise.	U artigo sera excluido.
			Parágrafo único. O sistema deverá garantir a rastreabilidade e auditabilidade da análise realizada,	poderá haver critérios e pontos sensiveis que ainda necesaltam de análise por professional técnico específico, caso venha a ser implantada a 1.A. que seja debatida, auditada e supervisionada com a orientação e consulta do CREA / CAUJ / ASBEA / OAB/ SINDUSCON /				
			assegurando a transparência do processo e permitindo auditoria posterior pelos órgãos competentes.	FIESC / SECOVI e outros. Por se tratar de tecnologia recente e fundamentada em critérios sécnicos e normativos em diferentes áreas do direito, da anquitetura, urbanismo, engenharia civil, ambiental, bombero e canitária. Normas e Leis que passam por constantes revisões e				
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 34		atualizações.		EXCLUIR ARTIGO		
	,,			A ausência de análise prévia por fiscal do Município transfere todo o ônus e responsabilidade para o técnico, com potenciais impactos jurídicos em caso de erro. Os profissionais se tornam				
				para o técnico, com potenciais impactos jurídicos em caso de erro. Os profissionais se tornam solidariamente responsáveis e atuam como procuradores do proprietário, inclusivo durante auditorias. Donas em áreas de proteção cultural, ambiental ou com restrições especiais são corretamente excluídas dessa modalidade (Art. 40).				
				Concentrativa excusias sessa mouariase (vil. 40). Instituir seguro obrigatório de responsabilidade técnica e limites mais claros para aplicação do rito declaratório em I.A., principalmente em zonas sensíveis.				
				rito declaratório em LA, principalmente em zonas sensíveis.				

CONTRIBUINTE	DATA DE RECEBIMENTO	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	CONTRIBUIÇÃO OU COMENTÁRIO	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	O PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 34	Art. 14 décines e aprimação acemistica de pojetos por una de ferramenta com instigliações antidad no certa tecnologia, destiga dos a tencologos asseguis a enforações respeis a sendirentense la siguidade unbanistica avigeta. Parágando cinco. O cistimam deverá garantir a natimadificade e auditabilidade da análise realizade, aceaquando a transpelencia do processo a germinindo auditoria posienna pelos cirglias competentes.	Otemo mas groppido a ser utilizado neste artigo sesta Valimine se audites (em vez de servedo) automatico de propisos por mos de intermentacio ministigino artificat. E tratestra, de qualque mode, este artigo el reloca sept es la Compliamente, por milo aprigue mala so codigio que o procedimento de audita dema en edificación para consciencimo político, que pode en que o procedimento de audita dema en edificación para consciencimo político, que pode en que o procedimento de aculta de entre en destructura de procedimento político, que pode en un estima tidad, esta o capacidad en articlas esta trivid, o que já deventa ser adit companido a entrega de material en formado digita BENTA chaquidad para comarporar no sistema sem tomando o indiciente e contraproducente. Entretanto, não estate essa chaquidades tomandos de la contractiva de la contracti		EXCLUIR ARTIGO	O artigo sed excluido, portento não houve análise.	O artigo senti excluido.
			Art. 35 O Poder Executivo poderá definir por regulamento, a depender do porte e uso, ou em casos fortuitos ou de força mailor, nto simplificado para o licenciamento.	De qualever modo, a Prefeitura jé deverás estar se preparando para a implantação e utilização do sistema BIM, permitod que ou residino, que já usem esse esteram posam o het l'exeminamento mais rejolo, em virtude de o mesmo facilitar e agilizar as análises, o que é do interesse do Prefeitura e dos ususidos. A possibilidade de definição de casos de licenciamento simplificado, devem ser previstos nesta tel, en do em reoutamento. Os casos de forem amaior es of fortulos devem ser también definidos, can not a no em reoutamento. Os casos de forem amaior es of fortulos devem ser también definidos, can not a			A proporta foi analisada e reconhece-se a preocupação em evitar interpretações elásticas quanto à	NA
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 35		se crise mis grande possibilitàrie à interpretações elátricas. Desse molte, repoleça a altregaçõe do telor grande. To no implicado será administa para or casos de dificações unifamiliares até 110 m², reformas em altregaçõe voluntales, mare a deminição y a mismo a mismo posito position, mare a deminição y mismo a mismo position de mismo de mismo. El mismo de mismo. El mismo de mismo. El mismo de mismo de		NÃO ACEITO	A inclusio taxaliva de hipóteses na noma legal comprometeria a dinamicidade necessária à gestão unbans, dificultado a incorposopió de revou perio construiren, tercelogias e dimundas acobas que puede por la presenta de la construirente de construirente de la construirente de co	
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 36	unidas específica dos propios país objedo de licenciamento. §º 1º Orgánio de inclumento definal es especialmentes para a aprovação do propios e a emissão do durais de licença para constant de forma amplificada. «La companio de la companio del compani	Segestato de exclusió do § 2º, considerando que no caso de bara pública licenciadam mediante lacenciamento implició, a responsabilidades de ser do orgán espensariel pola chen pública e não spenar do professional servidor que diabon es proyetos.		NÃO ACEITO	Mbb is reconsidade de neutrir o g ² . C postgrafe ja est sie monformiadade com o principio da sepoceabilidade sidente, que segre sant nos protectional fection o quantificación de del segre de la companio de la considera pública i l'exercición. A exclusión poderá resultar en ruma interpretação que enfraçance escar aspossibilidação companificación que publica de poderá poderá poderá para a cometa aplicação das normas e gara a integridade dos propesos urbanos e públicos.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 38	An 1.8 Discretaments declaration and connection am association de unablas seriors privis prior amplitation, generation, acredo se repossibilidade enclarate objector professional responsable facilitation declarate prior professional responsable facilitation declarate designations accessible designations accessible designations designations accessible designations a	AUTITEATIVA. As ei "616/67" disighe em suu arigo 26, inclus VII, que ac contratora de incernativa de la companie de arrigo 48, para der effentidade se regimente urbanitoto institutio pelo literador, entratorio arrigo 48, para der effentidade se regimente urbanitoto institutio pelo literador, entatalendo de la companie de la compan	Art 1.8. D'ourcemente declaration sei concedido sem a necessidad de arables decincia pides poli horizologi quanto ao propria quanditados operantesidos, emple de decincia pides poli horizologi quanto ao propria quanditados coperantesidos, emple de considerados de la companio de la companio de a siendimento la legislaçõe e nomicas vigentes, asam como às exentuais entrolições entralisticas considerados no matericais do Registro de iménese do introvel objeto do empresidências.	NÃO ACEITO		16/4
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 38	Art. 18 O Inocicionem declarativo sed consolido sem a nocessidad de adellas telesca pelos poli Municipo quanto poligico arquitenticos presentado, resdo de responsabilidade esclarán de professional responsabili facilico poli popida pregistrolico patendimento a legislação e normas vigente, bem como a vescidade das informações declaradas. §1ºº O printissional indicadas como responsabili facinco pelo projete fica habilitado como procursador do proprietado ou possibilidad escuridado disease de cara tentado propossabilidade pelos fica habilitado como procursador do proprietado por possibilidade sindificado como proprietado fica possibilidade sindificações en esa roma. §2º do popidas españadores apresentados no momentos de concessoa do inocicionamento sendo registrados es arquinidados pelos Municípios e estardo sujetios a auditoria, conforme regulamentação do Podor Execución.	En pricipi, esse partigado se obrez com a parágula 3 de Arigo 17 e, resemo que não hajo comfiles, para a sequenda a priopra Prefente a seudrel que se cobre a autorização fanelecia do proprietários, para que conste nos registros públicos da Prefettura.		NÃO ACEITO	A supertio for for accolorists, considerando que o § 1 do Art. 17 de minstaj si estabelos que "A sociolocação dos promisos pelas perinsissionais dependente de previos autorizaçõe do promisor concerçosaval do imixost." Resultos e que o estaben ad lomeciamento declarativo ja previ, como estapa diregisfaria, o cestila espresa do proprietario quanto ao contesido do projeto arquitanteno apresentado e las dicultanções persidade, por como de proprietario quanto ao contesido do projeto arquitanteno apresentado e los dicultanções persidade polo responsabilidade societar entre a spartica envivêndas. Administração Publica e refunda a responsabilidade societar entre as partica envivêndas.	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 39	Art. 39 Fica instituido o licenciamento declaratório obrigatório para edificações unifamiliares, cujos procedimentos e requisitos serão definidos por normativa especifica do órgão de licenciamento.	Art. 39 – É prudente que se limite, nesta Lei, a tipologia de baixo risco para enquadramento nesta modalidade as edificações unifamiliares s 200 m², até 2 pavimentos e, as pequenas reformas.		NÃO ACEITO	O licenciamento declaratório obrigatório para edificações unifamiliares já é adotado desde a vigência da la Complementar nº 70/7/2021, egalamenta pelo Decesión Municipal nº 23.240/2021, sem limitação de porte, número de parámentos ou sirea construida. Tal sistemática tem se mostrado eficiente a segura, sendo a limitação proporta um retrocasso frente à política já consolidada e aos avanços na digitalização be resportabilização beresportamentos porte sistema declaratório avanços na digitaria declaratório.	N/A
ACCE / MANN / COL / OAB-SC / AsbesSC	12/05/2025	Art. 40	Aut. 40 Six exclusions de l'execution declaration se claract In insectice se mise de Princeração. Childre la se extense de lors termine de legislação regions, six de sois directric ou maleriacide de olgados permonantes competentes, quando aplicades. In insectica se mise acom metrologice ambientam periodires, nos termines de alegislaçãos quantes, andes sois Il indicate se mise acom metrologice ambientam periodires, nos termines de alegislaçãos quantes, andes sois Il indicate a visas procedimicas aos terminos de Plano Distert regions, salvo sois definitivos con autónicas do Il indicate a visas procedimicas aos terminos de Plano Distert regions, salvo sois definitivos con autónicas do Il indicate a visas procedimicas aos terminos de Plano Distert regions, salvo sois de miserante de las regionales, se acom acom a competentam de la competencia del competencia de la competencia del compete	-Alexter recipion / et al. (). It = "execute de preservação purmamente. Aprilidações (**) A lesso de preservação por la productiva (**) A recipion de la constitución (**) A lesso de la constitución (**) A recipion supernación de vegetação, aspecto que será vita por cessola de asservação de compl. Logo, comer la equipação, aspecto que será vita por cessola de asservação de compl. Logo, comer la equipação, aspecto que será vita por cesso de asservação de compl. Logo, comer la equipação, aspecto que será vita de la completação (**) A periodo de la completação (**) A periodo (**) A perio	Art. 40 Sio excludita do l'emol amento declaration ao divez. I avandade em-chear del reference qui chimidente or ostroro de bien trombado nos tramos de legislaçõo sigueta, sub-oso de directo ou audicida deo dipolo partemosas, casa de lagislaçõo sigueta, sub-oso de directo ou audicida deo dipolo partemosas, completarios, quando partemosa de lagislaçõe partemosa de logislações siguetas, cabales oso audicidado de lagislações	(ACETO COM RESSALVAS	A expressió fresa com restrições arbitentas prohibitars fin antinda por ja estar comolidad na Formanente (EPP), estra profesa de justificação provincia na figuições provincia va glusições por entra na figuições provincia va glusições provincia va glusições provincia que a formanente (EPP), estra provincia provincia entra provincia p	Aut. 9 die enclusies del Inconcisionne declaration as observ. In mandates en Aute de Preservação Cultural en entrano de lesm trontado nos termes de legislação regimes, aim so sod destriz os anudicado dos órgados partimostas competentes, quando agilidados regimes, aim so dos filmados entranos en entranos de Presidente de la competente de la com
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 40	Aut. 40 Size exclusiva so inconciumento edicularitoro se obraz. - i insentissa en fues de Preservação-Cindus no en estrutor do son terminos de legislador vegente, ades osos director con amelionic des organis performancia competentes, quando aplicable. - In insentissa em lavara com entretições ambientares protriburas, nos termos de legislações organis, ades son de legislações organismas, anotares que a legislações organismas, ades son de legislações organismas, ades son de legislações organismas, ades son de legislações organismas, ades partes de legislações de legislações organismas de legislações de legislaçõ	\$1" for for contemplate uma alternativa à l'encrya declarativa, que à l'encrya regulate a prossivel. Base se nache frogueire, o quel comer? descarativa, o l'incursament os et des pis en modernativa de servicio de asternativa de calculativa, o l'incursament os et des pis en modernativa, o l'experimente, ou, quando sobo estre descarativo, o l'incursament os et despis de modernativa, promoternativa en modernativa, de l'incursament declarativa, o l'incursament os est despis de l'incursament, ou, quando side proprieta de l'acceptativa de l'incursament de l'incursa		мо асето	O §1º do s.r. 40 previle que, na hipótica de enclusió do sistema decidentário, o inenciamento asis finis perimodialidad imples a positiva, o que injudicio a la calcularida de decidente perimodialida de implemento legal ou televicio que incluidad se linecimiento da cida e- ciente nos casas impositivos. In como de la calcularida de la como caracterización de la como caracterización de cidado publicación del cidado publicación de cidado p	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 41		Osuo de 1.4 ercomendeur l'Eroin divideo a volume de informações e esplicias si circias e la regulatio para proceçõe a 1.4 noives et al dequiviel para sanisfaço en montangampor de regulatio para para o montangam por esplicias si tericias e facilitados de regulativos para esplicias si tericias e facilitados e comentarios de 1.4 no facilitados de uso de 1.4 mellitar um modelo mais moderno e responsivo de facilitação. 3. Uso de 1.4 millios um modelo mais moderno e responsivo de facilitação. 3. A facilitações o auditorios deve ser distada do persoal técnico capacitado, conforme o §2º do Art. 4.5, sól pens de tortiere o sistema teeffero.		EXCLUIR ARTIGO	u amgo sera encuezo, portianto não houve análise.	O artigo senti excluido.

CONTRIBUINTE	DATA DE	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	CONTRIBUIÇÃO OU COMENTÁRIO	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	○ PARECER .	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
	RECEBIMENTO	Art. 41	Art. 41 Admite-se a utilização de ferramentas de inteligência artificial ou outras tecnologias avançadas para a verificação automatizada e o bloquelo preventivo de requerimentos no sistema declaratório, com base na	À exemplo do Artigo 34, também o Artigo 41 é inócuo por não agregar nada ao código de obras, nois trata-se de um processo intermo à Profeitura que é transparente aos usuários. Desse modo			O artigo será excluído, portanto não houve análise.	
ASSOCIAÇÕES ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 41	análise da documentação fornecida pelo requerente, sem caracterizar auditoria.	valem aqui on mismos comentation feltos no Antigo 34. Sal o Sentido desta frase "As auditoria podento ser enalizadas por amostragam ou de forma integral, sendo chipitatos." A amostragamentetre se aos discumentantes generatadas poli interestado, aou seo casos de l'execuciamento? Interestado, aou seo casos de l'execuciamento? Total de l'execuciamento de l'execuciamento de auditoria, que sugire seja > 20 %, de protessos, podentes es quistadas por de la Cesticon Alem disso, que so resultados desta auditoria aquem publicados em panelis de transpuérica trimestrais.		EXCLUIR ARTIGO NÃO ACEITO	A Comissão acultamos que a expresado, nos montragamos si de forma singa di refere es à altraglande del significações de la montra contrata contrata del significações de la montra contrata del significações de la montra contrata del significações del significações de la montra del significações de la finar de la montra del significações de la finar del significações del significações de la finar del significações del significações de la finar de la montra del significações de la finar	O artigo será excluido. N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 43	Art. 43 Constatadas, em auditoria, invegulandades nas informuples prestadas, na documentação protocadas do adecepâncias entre o propies aprovado e a doba em execução, dogão de insecumento protocadas do adecepâncias entre o propies aprovado e a doba em execução, dogão de insecumento qual emplicação do statura, de a empliantação de statura condes a referente da pala auditoria, considerando a operadade do intenção e o consicu a dome unbantidas a embiental. §º 70 servido auditor develo concelar o combinador de los despois para apresentação do defessa despois de adecepaçõe de servido executado de entre de los despois de entre de los develos concelar de entre develo concelar do entre develo concelar de entre develo para de entre develo de concelar de entre develo concelar de entre develo para de entre develo de concelar de entre develo para de entre develo de concelar de entre develo de en	Modificar o testo 15 dias para 15 (quiner) das úteis.	\$7" O servidor auditor diversi concede ao interessado pezo de 11 (quimos) dias (útes) instituto de auditoria, a qual será arrelasada pela Comesdo de Auditoria do Licenchemetro Declaración.	ACETO COM RESSALVAS	A Le Congregement of 48(2701 (Pero Direct de Ficinico)gol) a lestabelse instrumento de controles terrasperiente o nebrelo de Sitema Morque de Gestado A Polífica Dibana ((SMGPA)). A sugestado foi acobido, comignido o prazo para 10 diasi úteis.	Art. 41 Constandas, em auditoria, irregularidades nas informações prestadas, na documentação protocolida do adoresplacinas entre a propto sporado a a dore en escução, o espão de intercamente producidado a documentação, protocolidado a documentação, comprese de care en escução, o espão de intercamente producidação da Santação, escução escurador pode a contra contrator pode a sobre escurador do a representação do estador es como ao dorim unidados a entrebesta do estador escurador do estador escurador es
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 46	Art. 4 fec caso de irreplantates podes ser firmado Tierron de Ajarte de Condut (ETC) como almentina a deminicija, mediam mediac compresentativo comforme regularimento de Poder Escucifo. Periganto delos. A celebração de TAC não dispensará o infrator às demais sanções previstas nesta Lei Complementas.	Art. 46. — Perigolos de romo medicale: "A celétración de TEC filo de restructura (dispensaria) o infrator las demais sanções previntas necta Lati municipalitades celetración de TEC filo de restructura (dispensaria) o infrator las demais sanções previntas necta Lati municipalitades celetración de la regularidade e, também relia suspende cobrança de multa já insorita em divida ativa."	Prelighent designed, a coloração, à fait. Ca do central (disconseas), a mintro às demois acondes previotes fronte la Compressante designe des proposabilistado en encentral designe conseilante designe en entral designe de la compressa designe de presidente designe de la conferencia de la colora del	ACEITO COM RESSALVAS	A sugestão foi acoffeda, com adequação tentual e inclusão do Art. 86.	Ast, 4. Nos causes de regularisates podes sur firmado Tarmo de Ajusto de Conduc (TAC) como attensaria à democio, mediamento modes compressations combine regularisates de democio, mediamento de combine regularisates de modes compressations de modes surprises para de la compressación de compressa
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 47	Aut. 4 Or porfessional responsable foliono por projete en desconformadado con a legislação urbanistica poderá as presultantes conforme regulamentes (conforme regulamentes) do Porde Esconform, corre: 1 - adventinca; 11 - adventinca; 13 - America de Conforme a presidente de Conforme a presidente de Association de Conforme a presidente de Association de Conforme a presidente de Association de Conforme a presidente de Indicatorio de Indicatorio de Conforme a presidente de Indicatorio de Indicatorio de Conforme de Indicatorio de	Amulta del si 10 CURIGO pode ser severa dispendendo do tipo de obra e deverá ser analisada conforme appositionen do preprietation/responsabels, en do há previsão de gradação clara para reincidáncia feve.		ACEITO COM RESSALVAS	A suguesto fo procrimente acorbita, com o aprimoramento de 5° p para refroçar a vinosição do permissida porsonarios dos porsas à gradade de socio-midiade, para suficiente de porta a gradade de socio-midiade, para suficiente de comparta de compart	Aut. 41 O professoal responsabel forces per project om desconformisdes com a legislacijo urbanistica podeda se promisilacijo conforme regulamentajo chorido rescurito, com: 1 - advertiscijo: 11 - advertiscijo: 11 - advertiscijo: 12 - Alexandro de obraccimento decitantiforo. 13 - Alexandro de obraccimento decitantiforo. 13 - Alexandro de obraccimento decitantiforo. 13 - Alexandro decitantiforo decitantiforo. 13 - Alexandro decitantiforo decitantiforo. 14 - Alexandro decitantiforo decitantiforo. 15 - Alexandro decitantiforo decita
ACOF / IMAN/ / COL. / OAB-SC / AsbesSC	12/05/2025	Art. 47	Aut. 4 Or perfectional responsable foliation per projete en deconformédate con a legislação urbanistica poderá as persolativas contrares regulares regulares (contrares regulares regulares). 1 - adventiros; 1 - adventiros; 1 - mais, 1 - mais, 1 - mais, 2 - mais, 3 - mais, 3 - mais, 4 -	Unifice are provides for responsibilities for professional riscrice, que hoje estão previstas nos arganes 477, de segaze testo no capitulo IV (do professional responsalved Science) do titulo II (direitos e responsabilitudes).		NÃO ACEITO	A prevaño constraer no arrigo fer proportalmente alocada en labraciga I - Auditoria, de laciga II - Licencimiento Discutario, por tristo a de primedades espechica aglicidades especialmente autoristicaturatoria, cup controle se dis por meso de suditoriar enzitades pelo deglio de licencimiento. Já o Capitulio Y do Tiffulio II estatésica o responsabilidades forenza de forma amplia e genérica, agricades a todos os tipos de licencimiento urbanistico e modelidades de desa.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 49	Art. 40 objeto de focultarquio poderio silentar destinante la Sicrettino responsabili poli origio dei incenciamento a caserdo o unalquido do silenta dei denora, mediate finalmentapido discrise selapi, quando constitutas ilegalidades en risciplo ao propto aprovado, independentemente de realização de acidifica. Art. 50 foi intendida, Comissida de Andidios do L'acecumento Destination, a ser regularentada por ato de Poder Escurios, que este composição per acederios efetivos, com a finalmentada de garantes conformidade facilitar, butantida, a formissida de participa de composição per acedes efetivos, com a finalmenta de disputado de facilitar destinativa de lapida dos processos submetidos ao regime de licenciamento declarativo.	Essa previsão fortalece o poder de policia urbanística, mar exige regulamentação rigorosa para evitar arbitrariedades, conforme os principios do contraditión e ampla defesa (CF, art. 5º, loc. LV). A dispensa de auditoria deve ser interpretado restritivamente, sob para de vidação à segueraça juridica. Recomenda se incluir, ainda que em regulamento, critérios objetivos para e essa atuação direta,			Reconhecendo a importância da garantia do devisó processo legal e da segurança jurídica, o texto foi aprimorado com a previsida que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme o art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.	Art. 470 orgão de fiscultação poderá solicitar distemente so Secretário responsable pelo órgão de licenciamento a cassação ou analação do alvará de licença, mediante fundamentação letórica e legal, quando constatadas legalidades em embação ao projeto aprovado, respetitado o contradicirio e amplia defesa, conforme regulamentação do órgão de licenciamento.
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 50	Art, 10 fix institutios à Comission de Auditoria do Leonciamento Declaration, a ser regularimentado per an Porte Escuellur, que acia compression persiones efetime, cam a finishida de galamira conformidada tricina, un internetica e legal dos processos subminidada ao regime de la excusamento declaration. 11- annalizar os recursos interprostas contra decisidos decumentos de auditorias siónicias, disede que apresentados a ferma hampeanica. 11- annalizar os recursos interprostas contra decisidos decionementos de auditorias siónicias, disede que apresentados de ferma hampeanica. 12- annalizar os recursos interprostas contra decisidos decionementos de auditorias siónicias, disede que apresentados de ferma desentados de ferma decisionado de comisión de comi	O proteiro não esportido ao critérico pair fiches de maior complexidade" — porto que deve ser regulamentado com ungência para garante segurança e izonomia.		NÃO ACEITO	Oproption to de reportica, de forms deliberada, ou critérios pass définições de tribas de instais- cionarios desta por a portamento sacionarios as recuestadas de californam progressa de sistema pode finde facultarios actuales a considera a recuestada de californam progressa de sistema pode finde facultarios. A progressa de considera a recuestada de californam progressa de sistema decidardos. A registratorio a progressa de californam progressa de sistema decidardos. A registratoria por progressa de californam progressa de californam de califor	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 50	And 18 For institution, a consistant for hardinaries for Lecentuments Declaration, a six regularies study por an office Proceedings and excenting an experiment of the process of the proc	Ant 50 — §1° - Alterar para "Verbuições da Comescleigodera";		мãо асеіто	A superficie foi sembach, mas spitos e ser mentes e redução compile de formulaçõe \$17 A Controlado poder e esta adresaçõe sidencia legislaria, poderá con circular a calendar con circular a calendar dos competências da Comissão. A proposta de alteração não tez melhoria de contexido nem de clareza.	N/A

CONTRIBUINTE	DATA DE RECEBIMENTO	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	CONTRIBUIÇÃO OU COMENTÁRIO	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
			Art. 11 é obligação de proprietir ou possider de involve bem como de responsável fúcrico, manter seus disde candermal entalladors on sistema de incentrament destantos de Prefetta Manifergal de Floriandpolite a companhar as notificações e o andamento dos processos, sob pena de serem considerados revéis nos autos.	Ac impor a stutilização de dados e o acompanhamento do processo, o artigo consagna o dever de colaboração e boe fin o processo administrativo (Lug 79.48/ep). A cominação de revella é legitima, mas deve ser interpretada com cautela, filó impedindo o contraditório ou a possibilidade de recurso posterior, sob pana de cerceamento de defesa.			O sistema declaración se fundamenta na autodeclaração de conformidade e na simplificação do procedimento destinistrativa, equipido de interesado a responsabilidade de acomprahe todas as etapas do processo. Nesse contexto, a imposição de deverse como a ataulização de dados cadastratis e o acompanhamento das notificações de impresindavel para a efetividade do licenciamento e para a segurança jurídica das decisões administrativas.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 51				NÃO ACEITO	A merupho expressa so contradictivo e a la regis defensa no un'igno em questio se motare descricessiva, possi sa guerrissa più a sossi participa del comita del produccio del regis del seri del participa del produccio del prod	
			An, \$4.4 a diminification quality are deficacy to convente poders are resilization mediante l'concisemento prévio de Printificazione. §§ TO l'Inconsismento não será exigição para a remoção de elementes acessións, como munici, cunitatios de entre respecta, salos quadas es trastas de base protegidos ou de interese atributados, confisions desiredados de regio de separamente de la protection de la confision de	Digle Rosendimento púrio, com excedo para elementos acescários, calvo been prespácio- compuente com a prodezio a partenimio estimie a lesagiation (C. P. 4.7.16) lei responsabilização integrá do proprietário e responsável tácnico, inclusive nos danos a terceiros, o que reforça o dever de diligilacia.		Flogio	N/A	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 54	preservação dos patrimônios featodos, pariagaídos o cultural da para intervenções e demolégica, com vistas a preservação dos patrimonios empresantes demonstrações apportincia em regularizações apportincia de regularizações apportincia de regularizações apportincia de regularizações a reg			ELOGIO		
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 56	Art. 56 O alvará de licença será válido por 2 (dois) anos. Parágrafo único. Caso a demolição não fique concluída no prazo licenciado, deverá ser solicitada a sua renovação, a ser analisada pelo órgão de licenciamento.	A validade do alvará por 2 anos é razoável, com possibilidade de renovação — segurança jurídica.		ELOGIO	N/A	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 57	Art. 57 O órgão competente da municipalidade poderá, quando julgar necessário, estabelecer horários para a realização de demolição.	A imposição de horários e requisitos de segurança está em consonância com o poder de policia municipal.		ELOGIO	N/A	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 60	Art. 60 Qualquer movimentação de terra que altere o perfil do terreno ou envolva substituição do solo,			ELOGIO	NA	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 61	incincumento amenta, quados apresens. AT. § A escução de rota os escrizospelos en áreas de proteção de aquiferos, álagênes ou inundáveis, de medio ao utra sucreptibilidad, independentemente do destrei de limetreferosa, depended de lisado de medio ao utra sucreptibilidad, independentemente do destrei destreiado de lisado destreiado de lisado destreiado de lisado de prefusios de hididade, que atenta ao entreferio de tradesarrente do desenha delidade destreia de prefusios de hididade, que atenta ao entreferio de tradesarrente do desenha delidade destreia de la composição de la co	Previsão específica para áreas sensiveis (proteção de aquiferos, lençol fedicio) está em conscalados com a Lei da Politica Nacional de Meio Ambiente (Lei 6 938/81). Esge Isudo técnico com ART e control Restrolágico – reflezo a responsabilidade técnica e a proteção ambiental		ELOGIO	N/A	NA
			Art. 61 A execução de cortes ou escarações em áreas de proteção de aquilleros, alagâneis ou inundáveis, de midio ao das sucregistraticado, independentemente do deservive de transfereiros, aprenderá de lauda de midio ao das sucregistraticados de la productiva de la completa del la completa de la completa del la completa de la completa del la complet	Considerações O Discorto o **2.1181/20134, que regulamente os ortigos 66.4 e 67.4 li C.482/2014, altinada país la C.738/2012 (Plano Discorto), considera como áreas de proteçõe de supilemes os abstratos e/ou distinada como faces de proteçõe de supilemes os abstratos e/ou distinada compelha regissar, formeda, Amazios e farizar do 64.0 (ficino 1) indicadas a escuçaçõe de sibudos (contra escuçaçõe) adeido a comprometimento ou risco ao la reducir entre a testiva e escuçaçõe de sibudos (contra escueda e secuçaçõe) adeido a comprometimento ou risco ao la reducir entre assistantes entre contra entre a país PLOSAM (Mrd. 2°, 5°) 1°). Segurada participada e participada e de sibudos (contra escueda entre entre escueda entre escueda entre entre escueda entre e			Mantinen a a refogio chasil do Hr. S.I. de minas de Codigo de Otras a Edificações (COS), considerados que a explições de cualeccio de T.GRAM) e está previora a real acionada comente quandro tercomenter la considerado de T.GRAM) e está previora a transit acionada comente quandro tercomenter la considerado de T.GRAM de Comente acionado de Comente de T.GRAM (está participa e transitiva de comente de comente comente comente comente comente participa e transitiva de comente de comente comente comente comente de comente de comente de comente de comente comente de comente de comente de comente de comente de comente comente de comente	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 61		mediante a elaboração de laudo ristorio a Part de professional contratado polo interessación proprieto a como de para E.O.R.M. sos deri chamada se a medianterar ao o inferido laudo alcador relaboramente do louça finacio. Considerando se megiancia en apraser o incubatilharie bien comum que é água potivir jour considerando se megiancia en apraser o incubatilharie bien comum que é água potivir jour qualquer escução de cortes ou exexue/que em iteras de protecto de aparteros, displayes ou manufacive, de midia ou las aucurpoliticados, deloperadementeros de obarquerios a finación por la composição de la consecução de como a respecta de activa em antivarior de intereste formás sante mayor de la FILA del ATE ATE DEL A		NÃO ACEITO	Additional members, it importants from any an execução de substitos está aberdimeta às rengra si additional de substitution de substitution autoritation de substitution de su	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 62	Art. 5.0 Quidquer movimento de tran doved an escondado com develo controla tecnologico, a fin de sessipar sua establida, premier acoles e partir a suparança de intervisio e logoridación infrades, born como del impedir su alterar o sucan natural de esconamiento de apuas finación unha democración familiar de anticomo de la concumidado de esconamiento de depuas finación unha democración familiar de anticomo de constitucido de moder de reconstitucido de constitucido de moder de la constitucida de moder de la constitucida de moder de la constitucida de la constitucida de moder partir de la constitucida de la constitucida de moder partir de la constitucida	Elige muss de armio junto às divisas — ponto relevante para evitar Rigios de vizinhança, conforme o Código Culi.		ELOGIO	N/A	N/A
ACGF / IMANI / CDL / DAB-SC / AsbesSC	12/05/2025	Art. 63	Af. 63. Apris a conclusió de contratição ou reforma, a efficação acomete poderá ser conquista mediante a conformation da completo producido a conformation da completo producido a compensario familiado e compensarios familiados quante aplicação e programa de compensarios familiados quante aplicação e quente producido e producido de compensarios entrativamente conformation de producido de compensarios entrativamente conformation de producido de conformation de	Incider no art. Git: § 5°-A. victoria para o habite-se occorred no prazzo de 15 (quince) dias		NÃO ACEITO	Quarta Nação de prace de 15 das por vistoria de hobite se, a pospetad de minimorcional a altimbre se primprios por cientidas administrativos informationas a devenidades do caso e a necessibilido de articulação internacional tramam hadequada, as imposible de posto files e rigido por composibilido de articulação internacional tramam hadequada, as imposible de locar de tramam de porta de la composibilidades a porta porta de la districtura de la composibilidade por files de la caso de particular de prima de la composibilidade por la composibilidade por decidicada as processos de vistoria. Por esta masta, a minimal apopue particular de la vistoria de processos que a vistoria, primigrando a contrastação particular de cardendado, combor quiente na separado que a vistoria, primigrando a contrastação particular de cardendado, combor quiente na separado que particular particular de nos altratos de administração pública.	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 67	Art. 57 is vistimo para obtenção do históries ed eveni ser asolicidade no praza de 90 (novembro), disa após a conclusida do duza, notambro apresente, do de comercinas enjetidos placingo de licencementes. § 1º A sistema do Históries en dio notada a venificação da dimensado interna des unadades principales. Sel produce a presidencia experimenta de la materia de unadade principales, antiente de la displació autorimento selegidades de valencias. § 2º O recoo visióo, bem como o novo sileñamento de muno, deverá obedicair ao projeto aprovado.	Alterer tento do capat convenentarios anuglio que ocorresó caso exase prazo não seja alterdido; Supersão de inclusão do § 3º 7, conforme seque: § 3º P. Para cazas do empresendamentos sequisas ou founciamentos articientos, anticientos do esta de la composição de la composiço de la composição	§ 3º. Para o caso de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, conforme	нао асето	A estiglencia del que sa ministria suplanta so l'executamento arbentanti si possam opera apos a clienterio da Licino, al los particos del capito, al los al provintan la regispido a ministrati especifica. A inclusió dessa diregação no Cotique de Cliens e Edificações podera guer restudidadas normativa, tentre que partir en al comprehensa par prissa se carriengida de forma religiorative, conforma se investigado de la comprehensa de comprehensa partir de comprehensa partir estado de mentre las jidisciptivadas por legislação ambental, pora a competência para regulamentação dessa exast a enfoldrá suo digidos ambentals.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 68	An. 48. Admiss or que responsable infecto carrier, por moio de subdi fector, com a devida arcetação de responsabilidade fector, que a carbo foi securados en conformidade ou popilida agravados, por explanamentação do deplo fectoridade. 3º 1º O ogodo de fectoridade de la propriación del propriación del la propriación del la propriación del la propriación del la propriaci	Aposabilidade de laudos aubertulimin vistorias (ert. 8) reigo portorio rigoriorio e representabilização de laudos para centra frades o escapiliçarios sicinas. Aperitado de cancelamento do inhalitate se en caso de desconformidade à legitima, mai a nortificação e oportunidade de regularização devem ser garantidas entre da antição frast.		NÃO ACEITO	As procupações relocimadas ao control ergorans dos lacelas fectivos. A segunnabilização dos responsabilisticos, dos moves a guarante do control com que a considerados, angula defesa a concilimentos para notificação e regularização serão destihadamente disciplinadas em regularmentação especifica.	N/A

CONTRIBUINTE	DATA DE RECEBIMENTO	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	CONTRIBUIÇÃO OU COMENTÁRIO	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	O PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
			Art. 68 Admite-se que o responsável técnico ateste, por meio de laudo técnico, com a devida anotação de responsabilidade técnica, que a obra foi executada em conformidade com os projetos aprovados, conforme	Art. 68, § 3°. Substituir o "nesse caso" por "no caso previsto no parágrafo anterior":	§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior, o proprietário ou possuidor será notificado para adequação do licenciamento e/ou da edificação à legislação vigente, podendo ser demolda, conforme sanções desta Lei Complementar.		Acata-se a sugestão com vistas a aprimorar a clareza e a precisão da redação normativa.	Art. 66 Admite-se que o responsável técnico ateste, por meio de laudo técnico, com a devida anotação de responsabilidade técnica, que a obra foi executada em conformidade com os projetos aprovados, conforme regulamentação do órgão licenciador.
ACOF / IMAVI / CDL /			regulamentação do órgão licenciador. § 1º O órgão de fiscalização poderá realizar vistorias a qualquer tempo para verificação da conformidade da		demolida, conforme sanções desta Lei Complementar.			regulamentação do orgao incenciador. § 1º O órgão de fiscalização poderá realizar vistorias a qualquer tempo para verificação da conformidade da
OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 68	legislação urbanistica. § 2º Caso seja centratada a execução da obra em desacordo com os projetos aprovados, o Habite-se será cancelado, aplicando-se às sanções legais aos responsáveis técnicos a se proprietário ou possuidor. § 2º Nesce seano, proprietário ou possuidor eará notificado para despugado do linecimientes ofor do da edificação à legislação vigente, podendo ser demolida, conforme sanções desta Lei Complementar.			ACEITO		legislação urbanística. § 2º Cao seja constatuda a execução da obra em desacordo com os projetos aprovados, o Habite-se será cancelado, aplicando-se às sanções legais aos responsáveis técnicos e ao propietário ou possuidor. § 3º No caso previsto no partigrafo anterior, o propietário ou possuidor será notificado para adequação do inenciamento a/ou da edificação à legislação vigente, podendo ser demolida, conforme ampões desta Lei
			Art. 70 O responsável técnico que apresentar laudo técnico em desconformidade com os padrões estabelecidos pelo órgão licenciador, ou incorrer em outras irregularidades, estará sujeito às seguintes penalidades, conforme regulamentação do Poder Executivo:	Sanções ao responsável tácnico (art. 70): A gradação de penalidades está adequada, incluindo suspensão, muita e adventência, além da posabilidade de conversão da muita em advertência em primeira infração — coerente com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.			N/A	N/A
			aurientica; multa; e suspensão de emitir laudos técnicos de conformidade.					
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 70	\$1.4 m Inter a ser aglicula poderá variar de £1.3 i O.C.(IRISC), conforma a gravidade de acconformidade, devembo sar recolhista poderá base poderá base poderá base poderá base poderá base poderá pod			ELOGIO	,	
			setabelecidos selvir activo que apraema incorrer em outras irregularidades, estará sujeito às seguintes penalidades, conforme regulamentação do Poder Executivo:	Unificar as previsões de responsabilidade do profissional técnico, que hoje estão previstas nos artigos 47 e 70, e trazer isto no capitulo IV (do profissional responsável técnico) do titulo II (direitos e responsabilidades);			A previsióo constante no art. 70 foi propositalmente alocada na Seção VIII - Da Vistoria de Habite-se, pois trata-se de penalidades específicas aplicáveis exclusivamente no âmbito da vistoria de Habite-se. Já o Capítulo IV do Titulo II estabelece a responsabilidade técnica de forma ampla e genérica,	N/A
			advertância; multa; a suspensão de emitir laudos técnicos de conformidade.				aplicável a todos os tipos de licenciamento urbanístico e modalidades de obras.	
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 70	§ 1º A multa a ser aplicada poderá variar de 0,1 a 10 CUB/SC, conforme a gravidade da desconformidade, devendo ser recolhida ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU), conforme tabela de			NÃO ACEITO		
			infrações. §2 º A multa poderá ser convertida em adventância, desde que se trate da primeira desconformidade. §3 º A supensalo do professional responsável poderá ser de até um ano, conforme a panalidade correspondenta e gardade da infrações, cometida, de socroto com tabela de infrações, sem prejuizo das demais canções eventualmente aplicáveis à espécia. §4 º As penalidades serão aplicadar es regulardado o direito de ampla defeza e ao contraditório.				Os concelhos de dolo são subjetivos e devem ser avallados caso a caso. O procedimento será	
			Art. 80 A sanção de advertência poderá ser aplicada para as infrações administrativas de menor impacto à ordem urbanistica, garantidos o contraditório e a ampla defesa.	de interpretação para qualificar a conduta como dolosa ou negligente, o que pode gerar arbitrariedades. Seria recomendável a previsão de critérios objetivos ou tipificações claras para			Os conceitos de dolo são subjetivos e devem ser avallados caso a caso. O procedimento será regulamentado posteriormente pelo órgão de fiscalização.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 80	\$ 1º Consideranse infrações administrativas de mero impacto à odem unhanida a equales em qua a multam sindam comissão dos últragões ou des of 10.080°0 cu, ou cas o emila por unidade de emidida, a mala aplicidade ocades o salor referido. anala aplicidade des exidades o a considerado de emididade considerado emididade de emididade			NÃO ACEITO		
			Art. 84 Os valores de multa de que trata este Código serão corrigidos periodicamente pelo CUB/SC sendo o mínimo de 0,1 CUB/SC (um décimo do CUB/SC) e o máximo de 500 CUB/SC (quinhentos CUB/SC).	O §2º do art. 84 limita o valor da multa consolidada ao teto, mas abre exceção ampla no §1º ao prever atualização, juros e encargos sem limitação. A ausência de teto consolidado nesses casos pode resultar em defeto conficatión, contrariando o art. 150, I/V da Constituição.			A redação do §1º do art. 84 prevê a aplicação de atualização monetária, juros de mora e demais encargos legais após o vencimento da multa, conforme a legislação municipal. O §2º fixa um limite	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 84	§ 1º Decorrido o prazo estabelecido para pagamento voluntário, as multas estardo sujeitas à atualização monostaria até o seu efetivo pagamento, sem prejuzo da aplicação de jurco de mora e demais encargos previstos na le	casos pode resultar em efeito confiscatión, continariando a art. 150, IV da Constituição. Esclareclimento normativo de que os encurgos pós-vencimento devem observar o princípio da capacidade contributiva e não resultar em acréscimos desproporcionais.		NÃO ACEITO	Constituição Faderal, especialmente o art. 150, IV. Dessa forma, entende-se que a redação atual confere flexibilidade normativa, sem prejuizo da segurança jurídica.	
			Art. 84 Os valores de multa de que trata este Código serão corrigidos periodicamente pelo CUB/SC sendo o mínimo de 0,1 CUB/SC (um décimo do CUB/SC) e o máximo de 500 CUB/SC (quínhentos CUB/SC).	Acrescentar novo parágrafo prevendo transferência, das multas não pagas no prazo de 6 meses, para a Divida Ativa do Município, por meio do ajulzamento da Execução Fiscal nos termos da Lei			A sugestão não foi acetada, uma vez que a transferância de créditos inadimplidos para a Dívida Ativa do Município, bem como seu eventual aljuizamento por meio de Execução Fiscal, já está disciplinada na legislação tributária e financeira aplicável, sendo competência da Fazenda municipal. Portanto, não há necessidade de reiterar escas previsão no Código de Otras.	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 84	§ 1º Decorido o prazo estabelecido para pagamento voluntário, as multas estardo sujeitas à atualização monostria até o seu efetiro pagamento, sem prejužo da aplicação de jurios de mora e demais encargos previotos na legislação municipal. § 2º O valor da mulha consolidada não poderá exceder o limite previsto no caput, ressalvado o disposto no § 1º.	6.830/80.		NÃO ACEITO	na legistação tributária e financiara aplicavet, sendo competência da Fazzenda municipal. Portanto, não há necessidade de reterar essa previsão no Código de Otras.	
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 86	Art. 86 Serão revertidos ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU) cinquenta por cento (50%) dos valores arrecadados em pagamento de multas aplicadas pelo órgão fiscalizador, podendo o referido percentral ser alterado por meio de decreto municipal.	A discricionariedade do art. 86 não é possível. Para onde irão os outros 50% (cinquenta por cento) dos valores arrecadados? Seria para estruturar o próprio sistema de fiscalização?		NÃO ACEITO		N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 86	Art. 16 disch zerentale co F nede Manisola di Exempleirante Utanos (FAECI) disquetta per cento (50%) des valores empedados em pagamento de mitata splandas pelo deplo fiscalizador, podendo o refersio parcentual ser alterado por meio de docreto municipal.	Sugestion de excursorate and fast de capet desta unique of hasts "facile decuration aprovação ao conseilor manicipal de calador," conferens relacion dia de est 300 filment bentires, que define a competência de Conseilho da Cidade em acompanhar a utilização dos recursos de PMEU. Seque redução sugerida:	Act 86, Sedio revertidos ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Lithaco (FMEU) integrante por centro (DNI) des valderes movalados em appliamento de multara glotodas polo órgão fissalizados, podendo o referido percentual per alterado por miso de decreto municipal, após discussão e aprevação no conselho municipal da cidade.	NÃO ACEITO		N/A
			Art. 88 O embargo somente será levantado após a eliminação das causas que o motivaram.	O art. 88. 52° prevé a comunicacão à autoridade policial por desobediência (art. 330 CP), mas			segamente attributada a esse ciolegiado. Restalla-se, condido, que a participação do Conselho da Cidade nas discussões sobre a alocação de recursos públicos d desegúele le legitima, derinto dos limites legais. A supersta foi analizadas, porim opciosos por manter a redução ordiginal do 5gº do ser. 38. Por entender que a norma já pressupõe a notificação formal do embargo e o respeito ao devido processo administrativo.	N/A
			§ 1º Durante o embargo, será permitida, mediante autorização formecida pelo órgão fiscalizador, apenas a	O art. 88,52° prevê a comunicação à autoridade policial por desobadiência (art. 330 CP), mas não exige esgotamento das vias administrativas nom análise sobre eventual boa-96 do autuado, o que pode gerar criminalização indevida de condutas administrativas.				
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 88	\$11 hours to embargo, sed permitida, mediante autorização formedale pelo digita financiazador, peresa sexençado de revenção destrute produces para extendente a extendente de composições de indeples que a determinamen no upara guareira e establidade de obra, conforme as explências de logistique particular para extendente de obra conforme as explências de logistique particular particular para extendente municipal commisciado de fata o destrute para extendente municipal commisciado de tendente particular particular que particular que particular particular que particular qu	Previsão expressa da necessidade de notificação específica para cumprimento de embargo, com prazo mínimo razodvel, antes da remessa ao Ministério Público ou polícia.		NÃO ACEITO	resta ao autuado acatar a ordem enquanto aguarda eventual decisão de defesa administrativa, se houver.	
			Art. 89 A interdição consiste na suspensão total ou parcial de atividades, obras ou edificações, impedindo o acesso, a ocupação ou o uso do local, e poderá ser aplicada sempre que verificado iminente perigo à	O dispositivo é lacônico quanto ao prazo e condições para levantamento da interdição, o que			A comunicação a sutoridade policial não implica em criminalização da conduta, uma vez que a análise, em última instância, depende da autoridade policial. Acata-se a sugestão, com aprimoramento da redoção para maior clareza e segurança jurídica.	Art. 88 A interdição consiste na suspensão total ou parcial de atividades, obras ou edificações, impedindo o
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 89	acesso, a ocupação ou o uso do local, e poderá ser aplicada sempre que verificado iminente perigo à segurança pública ou ao meio ambiente, mediante parecer técnico. Parágrafo único. Admitte-se a interdição parcial desde que não represente risco aos operários ou a	pode gerar indefinição e prejuízo ao direito de uso da propriedade. A interdição exige parecer técnico e comprovação de risco iminente, alinhando-se com o principio da precaução e da proteção à segurança público.		ACEITO COM RESSALVAS		acesso, a ocupação ou o uso do local, e poderá ser aplicada sempre que verificado iminente perigo à segurança pública ou ao meio ambiente, mediante parecer técnico. § 1º Admites e a interdição partial desde que não representer intoco aos operários ou a terceiros.
			terceiros.	Previsão de revisão periódica obrigatória da interdição e critérios para a sua revogação.				§ 2º A interdição somente será revogada após a completa eliminação das causas que a determinaram, verificada por meio de vistoria técnica periódica realizada pelo órgão competente.
			Art. 90 A fiscalização poderá apreender materiais, equipamentos ou documentos provenientes de construções irregulares, devendo providenciar sua remoção.	O art. 90, §3° estipula prazo de 30 dias para requerer devolução, sob pena de perda. Isso pode ser questionado por sua rigidaz e potencial confisco de bens, especialmente em contextos de litigio ou dificuldad de acesso			Entende-se que o prazo de 30 (trinta) dias é suficiente para que o interessado requeira a devolução dos bens apreendidos. A eventual necessidade de prorrogação poderá ser justificada no âmbito da defesa administrativa, uma vaz que a Lei não impede esas possibilidade.	N/A
			§ 1º As despesas decorrentes da remoção, transporte e armazenamento dos materiais e equipamentos apreendidos deverão ser ressarcidas ao órgão de fiscalização.	Ilitigio ou dificuldade de acesso à informação por parte dos interessados. Apreensão vinculada à regularidade urbanistica e fiscalização de obras irregulares é um mecanismo legitimo de coerção administrativa.			defesa administrativa, uma vez que a Lei não impede essa possibilidade. Com relação a intimação do auturado, cabe esclarecer que todas as sanções serão aplicadas mediante Auto de infração e, portanto, seguem o rito estabelecido nesta Lei Complementa; conforme Capítulo	
			§ 2º A devolução dos documentos, materiais e equipamentos apreendidos estará condicionada ao:	mecanismo legilimo de coerção administrativa. Possibilitar requerimento de prorrogação do prazo mediante justificativa plausível, bem como garantia de intimação pessoal do responsável antes da declaração de abandono.			III.	
			I - pagamento das despesas de agreensão, considerando-se os custos efetivos de remoção, transporte e custidai, com observância dos critérios de proporcionalidade e individualização quando houver mais de um infrator; II - agreenentação de certifião negativa emitida pelo órgão de fiscalização; III - comprovação de propriedade.	garantia de intimação pessoal do responsalvel antes da declaração de abandono. Sobre o 2º No pagamento das despesas de apreensão as empresas terceirizadas que locaram seus equipamentos de boa fé pagade poles custos de remoção? E o pagamento dos custos de diárias e locação dos equipamentos?			No que se refere ao § 2º, destaco-se que os custos decorrentes da apreensão recaem sobre o responsável pela infração ulmánistica, e sua apuração se diad com base na individualização da responsabilidade, proporcionalidade a losofa. Equipamento locados por terceitor que compravadamente had principatem da infração poderão ter seus casos análizados conforme os principos da responsabilidade augletine e ad devideo pocesos legal.	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 90	§ 3º O pedido de devolução de documentos, materiais, equipamentos ou bens apreendidos deverá ser realizado no prazo de 30 días, contados a partir do primeiro día útil subsequente à data da lavratura do auto de apreenzão.			NÃO ACEITO		
			ou aprecision. § 4º Documentos, materiais e equipamientos aprecedidos e removidos para o depósito público que não forem reclamados dentro do prazo estabelecido serão declarados abandonados por ato do órgão de fiscultarado, publicado no Diário Oficial do Município, com especificação do tipo e de quaentidade de bens apprecidados.					
			§ 5º Os bens declarados abandonados poderão ser doados, reformados, incorporados ao patrimônio público, alienados em leilão, destruidos ou inutilizados.					
			§ 6º O proprietário será responsável por qualquer perecimento natural, dano ou perda de valor dos materiais e equipamentos apreendidos, não cabendo ao órgão de fiscalização qualquer ressarcimento por tais ocorrâncias.					
			Art. 91 As despesas referentes aos serviços de demolição e apreensão serão cobradas do infrator, conforme tabela de precos unitários formalizada em ato administrativo do óraão responsável pela	Remover o texto a palavra (demolição) e criar novo parágrafo sobre as despesas de demolição na Secão VI – Da Demolição.	Art 91. As despesas referentes aos serviços de apreensão serão cobradas do infrator, conforme tabela de precos unitários formalizada em ato administrativo do órdão		Quanto a remover a palavra "demolição", entedemos ser uma sugestão coerente, uma vez que já existe a previsão de ressarcimento da demolição no art. 95.	Art. 90 As despesas referentes aos serviços de apreensão serão cobradas do infrator, conforme tabela de preços unitários formalizada em ato administrativo do órgão responsável pela fiscalização, à qual se dará
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 91	Art. Y no ubeplace revenue do servição de deministração de aprecisar se de do conseque de instituto, con a companya de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del la companya del la companya de la companya del la companya	demolcido na Seção VI — Da Demolcigio. Como fica a situação dos empresas serenistradas de locação de equipamentos, mileguinas e ferramentas encontradas nas obras apresentidas pelas fiscais? Equipamentos locados de ferramentas encontradas na obras apresentidas pelas fiscais? Equipamentos locados de megresas que nos possuem responsabilidade no obra 14 inimensa empresas de locação de malgulars e equipamentos que atendem toda a cadela produtiva da Contratycia Chel podendo mileguinas e equipamentos que atendem toda a cadela produtiva da Contratycia Chel podendo estam porrendador. Sede os escalações (1 mos porto confilatars).	conforme tabela de preços unitários formalizada em ato administrativo do órgão responsável pela fiscalização, à qual se dará publicidade.	ACEITO COM RESSALVAS	Quanto às empresas de locação de equipamentos, destaca-se que os custos decorrentes da aprensas o recesem sobre o respondável pela infração urbanística, e sua apunção se dará com base na individualização da responsabilidade, proporcionalidade e boa-fé. Equipamentos locados por treciora que comprovadamente não participaram da infração poderão ter seus casos analisados conforme os	publicidade.
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 91	Art. 91 As despesas referentes aos serviços de demolição e apreensão serão cobradas do infrator, conforme tabela de preços unitários formalizada em ato administrativo do órgão responsável pela	sejam apreendidos? Serão ressarcidos? Um ponto conflitante. Transferir o art. 91 à seção que trata sobre as demolições;		NÃO ACEITO	principlos da responsabilidade subjetiva e do devido processo legal. O artigo foi revisto, com a retirada da palavra 'demolição'; portanto, não há necessidade de alterar a seção.	N/A
ONE OF A MARKET			fiscalização, à qual se dará publicidade.					

CONTRIBUINTE	DATA DE	RTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	CONTRIBUIÇÃO OU COMENTÁRIO	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	© PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	PEDAGÃO ALTERADA
	RECEBIMENTO "		Art. 92 A demolição total ou parcial de qualquer construção, edificação ou equipamento poderá ser imposta nos seguintes casos:	O art. 92 define hipóteses objetivas para demolição, incluindo abandono prolongado e risco à			A regulamentação do procedimento de demolição e critérios de prioridade serão regulamentados posteriormente pelo órgão de fiscultação, conforme previsão do art. 98.	N/A
				parsagem urbana. U art. 94 permite demonição sumana em caso de risco iminente ou invasao, o que é compatível com decisões do STF sobre tutela da ordem urbanística e do meio ambiente			postenormente pelo orgao de riscalização, conforme previsão do art. 98.	
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 92	 I - quando construidos sem licenciamento; II - quando executados em desacordo com o projeto licenciado, desrespeitando a legislação urbanística vigente; e 	Adotar regime escalonado de análises conforme a complexidade do projeto, e prever instância recursal técnica antes da imposição definitiva da demolição.		NÃO ACEITO		
			vigente; e III - quando não concluidos e abandonados por período igual ou superior a cinco anos, sendo considerados instablese, suscetiveis a livestões, oferecendo risco às propriedades vizinhas ou à segurança pública, ou atentando contra a paisagem urbana, natural ou a qualidade estética das habitações.					
			atentando contra a paisagem urbana, natural ou a qualidade estetica das natitações.	Regulamentar parâmetros objetivos para aplicação da redução, considerando gravidade, dolo, reincidência e impacto do bem demolido.				
			Art. 93 O infrator será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir da notificação, efetuar a demolição da obra, podendo nesse prazo apresentar projeto de adequação junto ao órgão licenciador.	O art. 93, §1º impõe limite de 4 análises técnicas para aprovação de projetos, o que restringe o direito à ampla defesa em matéria técnica complexa, especialmente para empreendimentos maioros:			O texto foi alterado para que a a definição do número máximo de análises técnicas admitidas e dos critérios para caracterização de atos protelatórios seja objeto de regulamentação conjunta entre o órgão de licenciamento urbanístico e o órgão de fiscalização, respetando os principios da razabilidade e do devido processo administrativa.	Art. 92 O infrator será intirmado para, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a partir da notificação, efetuar a demolição da obra, podendo nesse prazo apresentar projeto de adequação junto ao órgão licenciador.
			6 1º A obra permanecerá embargada enquanto o licenciamento estiver em análise. limitada a, no máximo.	majores.			órgão de licenciamento urbanistrico e o órgão de fiscalização, respeitando os princípios da razoabilidade e do devido processo administrativo.	§ 1º A obra permanecerá embargada enquanto o licenciamento estiver em análise.
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 93	quatro análises técnicas para aprovação do projeto, duas análises técnicas para emissão do alvará de licença para construir e duas análises técnicas para concessão do Habite-se, quando aplicável.			ACEITO COM RESSALVAS		§ 2º O descumprimento do embargo, a ultrapassagem do limite de análises técnicas do licenciamento, ou a
			§ 2º O descumprimento do embargo, a ultrapassagem do limite de análises técnicas, ou a prática de atos					§ 2º O descumprimento do embargo, a ultrapassagem do limite de análises técnicas do licenciamento, ou a prática de atos protelatórios que resultem na paralisação do processo de licenciamento por prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias, por inércia do interessado, autoriza o órgão fiscalizador a executar a demolição total da construção, independentemente de rova notificação.
			§ 2º O descumprimento do embargo, a ultrapassagem do limite de análises técnicas, ou a prática de atos protelatórios que resultem na paralisação do processo de licenciamento por prazo igual ou superior a 90 (noventa) disa, por inécia do interessado, autoriza o órgão fiscalizador a executar a demolição total da construção, independentemente de nova notificação.					\$3° O procedimento administrativo, incluindo a definição do número máximo de análises técnicas, será regulamentado pelo órgão de licenciamente, em conjunto como órgão de fiscalização.
			Art. 93 O infrator será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dilas corridos a partir da notificação, efetuar a demolição da obra, podendo nesse prazo apresentar projeto de adequação junto ao órgão licenciador.				Foi adequado o prazo para 20 dias úteis.	regularmentado pelo dregão de licenciamento, em conjunto com o dregão de fiscalização. Art. 92 O infrator será intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a partir da notificação, efetuar a demolição da obra, podendo nesse prazo apresentar projeto de adequação jurito ao órgão licenciador.
								demolição da obra, podendo nesse prazo apresentar projeto de adequação junto ao órgão licenciador. § 1º A obra permanecerá embargada enquanto o licenciamento estiver em análise.
ACOF / IMAVI / CDI /	12/05/2025	Art 93	§ 1º A obra permanecerá embargada enquanto o licenciamento estiver em análise, limitada a, no máximo, quatro análises técnicas para aproxeção do projeto, duas análises técnicas para emissão do alvará de licença para constr	Tirar a palavra "corridos" caso seja incorporada a previsão de que os prazos serão contados em dia		ACRITO COM RESSALVAS		
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 93	E 20 O decrumorimento do embargo, a ultranarrangem do limito de apúlicar tácnicar, ou a prática de ator.	Tirar a palavra "corridos" caso seja incorporada a previsão de que os prazos serão contados em dia	ú	ACEITO COM RESSALVAS		§ 2º O descumprimento do embargo, a ultrapassagem do limite de análises técnicas do licenciamento, ou a prática de atos protelatórico que resultem na paralisação do processo de licenciamento por prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias, por inércia do interessado, autoriza o órgão fiscalizador a executar a demolição total da construção, independentemente de nova notificação.
			proteitations que resultem na paralisação do processo de licenciamento por prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias, por inércia do interessado, autoriza o órgão fiscalizador a executar a demolição total da constru					
								§ 3º O procedimento administrativo, incluindo a definição do número máximo de análises técnicas, será regulamentado pelo órgão de licenciamento, em conjunto com o órgão de fiscalização. N.A.
			Art. 94 Será admitida a demolição sumária da construção, edificação ou equipamento quando considerada urgente para proteção da ordem urbanística, do meio ambiente ou da segurança pública, especialmente nos casos:	A possibilidade de demolição sumana exige laudo tecnico, mas a norma permite atuação da administração em caso de negativa ou inércia do proprietário (art. 94, III), sem prever prazo para contraditório prévio.			A demolição não exige laudo técnico, apenas no caso de risco iminente. O procedimento de defesa administrativa se encontra estabelecido no Capítulo III.	N/A
			II - de descumprimento de embargo administrativo; II - de invasão ou ocupação irregular de área pública; e					
SINDIFICON	12/05/2025	Art 94	II - de invastão ou ocupação irregular de área pública; e IIII- de risco inimente à segurança pública, conforme laudo técnico elaborado por profissional devidamente habilitado, quando o reaporativel não puder ou se recusar a realizar as devidas correções.			NÃO ACEITO		
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 94	Parámato único. Constatada a implantação da obra em Área de Preservação Permanente Unidade de			NAU ACEITO		
			Conservação ou local sujeito a restrições legais que inviabilizem sua regularização, nos termos da legislação ambiental vigente, o órgão de fiscalização ambiental será comunicado para a adoção das					
			providências cabiveis, podendo adotar a demolição sumária da edificação, conforme os procedimentos administrativos previstos neste Código.					
			Art. 94 Será admitida a demolição sumária da construção, edificação ou equipamento quando considerada urgente para proteção da ordem urbanística, do meio ambiente ou da segurança pública, especialmente nos casos:		§ 1º Constatada a implantação da obra em Área de Preservação Permanente, interior de		O artigo 94 da minuta já define as hipóteses autorizadoras da demolição sumária, com base em	N/A
					gr. Unidade de Conservaçõe de Proteção Integral ou local sujeito a restrições legais que invisibilizem sua regularização, nos termos da legislação ambiental vigente, o órgão de fiscalização ambiental será comunicado para a adoção das providências cabiveis,		O artigo 91 de minute ja definia as hipóteses autorizadoras de demolições outurada, com base em subupções de upigacia interezea policio A e Actualos de degocimica autorizande actual enterezea policio a subupções de upigacia en actual de actual	
			1- de descumprimento de embargo administrativo; 11- de invasão ou ocupação inregular de área pública; e 111- de invasão ou ocupação inregular de área pública; e 111- de risco inimente à segurança pública, conforme laudo técnico elaborado por profissional devidamente 111- habilitado, quando o responsável não puder ou se recusar a realizar as devidas correções.		podendo adotar a demolição sumária da edificação, conforme os procedimentos		manifestação do interessado — serão oportunamente regulamentados por ato do Poder Executivo, conforme autoriza a própria redação do caput e do parágrafo único. Dessa forma, garante-se a	
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	Art. 94	III- de risco iminente à segurança pública, conforme laudo técnico elaborado por profissional devidamente habilitado, quando o responsável não puder ou se recusar a realizar as devidas correções.		administrativos previstos neste Código. § 2º. A demolição sumária será aplicável quando a impossibilidade de regularização for inequivoca.	NÃO ACEITO	segurança jurídica sem comprometer a efetividade das ações fiscalizatórias.	
			Basinesia única Constatada a implantación da obra em Ásoa do Brosonación Bormanosto Unidade de		inaquívoca. § 3º1. A apresentação de laudo técnico subscrito por profissional legalmente habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, afastará a presunção de inequívoca imposcibilidade de resultanção.			
			Conservação ou local sujeito a restrições logais que invibilizem sua regularização, nos termos da legislação ambienta vigente, o órgão de fizacização ambienta fac comunicado para a adoção da prividencia ocabeist, podendo adotar a demolição sumánia da edificação, conforme os procedementos conformes os procedementos acuados por conforme os procedementos procedementos conformes os procedementos acuados por conforme os procedementos conformes os procedementos para conforme os procedementos conformes os procedementos por conformes por procedementos conformes por conforme os procedementos conformes por conforme os procedementos conformes por conforme os procedementos conformes por conforme de procedementos conformes por conformes por conformes por conformes por conforme por conforme por conforme por conforme por conformes por conformes por conforme p		impossibilidade de regularização. § 4º. No dia da cilincia da autuação, o interessado informará se pretende apresentar laudo técnico para efetios do § 3º, o qual deverá ser protocolado no prazo de 5 (cinco)			
			administrativos previstos neste Código.		dias.			
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 95	Art. 95 Na hipótese de demolição executada pela Administração Municipal, o infrator será obrigado a ressarcir integralmente as despesas operacionais decorrentes da medida.	PROPOSTA DE NOVO TEXTO DA LE: NOVO PARÁGRAFO AO ARTIGO 96 Art XX. As despesas referentes aos serviços de demolição serão cobradas do infrator, conforme tabela de preços unitários formalizada em ato administrativo do órgão responsável pela fiscalização, à qual se dará públicidade.		NÃO ACEITO	Não é viável tabelar os custos de demolições, pois cada caso envolve variáveis específicas (tipo de obra, acesso, equipamentos, tempo de execução). A minuta já prevê o ressarcimento integral das despesas, que serão apuradas conforme os custos efetivos.	N/A
			Art 66 É vadada a demolicão ou decoaracterização de edificaçãos mediante a execução de obras não	pela fiscalização, à qual se dará publicidade. A redação de incino II do art. 96 artificidade.				N/A
			Art. 96 É vedada a demolição ou descaracterização de edificações mediante a execução de obras não autorizadas pelos deglãos competentes, quando o inúvel for reconhecido por qualquar esfera da administração pública como de valor cultural, por meio de tombamento ou outro instrumento legal, observado o Plano Diretor e as legislações combilatas vigantes, aplicando-se as seguintes sanções, se for o	A redação do inciso II do art. 96 estabelece punição urbanística com redução de índice construtivo, o que pode ter impacto patrimonial relevante. Embora legitima, carece de critério étenico para aferição da proporcionalidade entre a infração e a senção.			O dispositivo foi mantido, pois visa colbir práticas deliberadas de demolição de imóveis tembados ou protegidos. A redução de indice construtivo é uma medida legitima e proporcional para desestimular infrações graves contra o patrimbino cultural, conforme já previsto na LOP 707/2021. Sem essa restrição, o infrator manteria integralmente o potencial construtivo, o que incentiva a deseguente conformation consortial.	N/A
			observado o Plano Diretor e as legislações correlatas vigentes, aplicando-se as seguintes sanções, se for o caso:				restrição, o infrator manteria integralmente o potencial construtivo, o que incentiva a descaracterização proposital.	
			I - no caso de abandono do bem e no caso de obras de descaracterização parcial ou total do imóvel					
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 96	I - no caso de abandono do bem e no caso de obras de descaracterização parcial ou total do imóvel protegido, incluindo piritura, sujetitur-se-á o proprietário ao embargo da obra, se houser, bem como à sua restauração, respetando projetos aprovados pelo órgão municipal competente para a preservação do patrimário histórico cultural de carater materia.			NÃO ACEITO		
			III - Nos limbusis protegidas anda concerem demolições parciais ou totais dos bens, as novas edificações tarão redução de cinquenta por cento da taxa de ocupação e, ou indice de aprovistamento, bem como deverão manter os mesmos afastamentos e, ou recuos das edificações preexistentes; e III - A aplicação das penalidades previstas nos inclisora le III deste artigo ocorrem sem prejuízo de outras					
			till - A aplicação das penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo ocorrem sem prejuízo de outras sancões cabíveis.					
			Art. 99 Verificada a ocorrência de infração urbanística, será lavrado auto de infração, do qual se dará ciência o infrator, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa.	Criar a possibilidade de notificação eletrônica por meios de comunicação digital no § 1º do art. 99,			Acata-se a sugestão, com aprimoramento da redação para maior clareza.	Art. 98 Verificada a ocorrência de infração urbanística, será lavrado auto de infração, do qual se dará ciência ao infrator, assecurando-lhe o contraditório e a amela defesa.
				com a garantia de ciência do notificado;				
			§ 1º A notificação do infrator sobre a lavratura do auto de infração será realizada por uma das seguintes formas:					§ 1º A notificação do infrator sobre a lavratura do auto de infração será realizada por uma das seguintes formas:
			pessoalmente; Il por intermédio de seu representante legal;					i. pessoalmente; ii. por intermédio de seu representante legal;
			I. pessoalmente; Il por intermédio de seu representante legat; Ill por intermédio de seu representante legat; Ill por correspondência registrada com aviso de recebimento; IV. por edital, cazo esteja em local incerto ou não seja localizado no endereço informado.					I, pessoalmente; II, por intermédio de seu representante legal; III, por intermedio de seu representante legal; III, por correspondência registrada com aviso de recebimento; IV, por milo eletôricio, nos termos 65 § 3°, V, por edital, caso esteja em local licento ou não seja localizado no endereço informado.
			§ 2º Em caso de recusa do infrator em dar ciência do auto de infração, o agente fiscal poderá certificar a ocorrência na presença de duas testemunhas e proceder à entrega do documento.					 por edital, caso esteja em local incerto ou não seja localizado no endereço informado. § 2º Em caso de recusa do infrator em dar ciência do auto de infração, o agente fiscal poderá certificar a
ACOF / IMAVI / CDL / DAR-SC / AsheaSC	12/05/2025	Art. 99				ACEITO COM RESSALVAS		ocorrência na presença de duas testemunhas e proceder à entrega do documento.
UMS-SU / AsbeaSC			§ 3º Noc casos de ausência do responsável ou impossibilidade de identificação de preposto, o auto de infração será encaminhado por vía postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que comprove a notificação.					§ 3º Nos casos de ausência do responsável ou impossibilidade de identificação de preposto, o auto de infração será encaminhado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que comprove a notificação.
			§ 4º Para produzir efeitos, a notificação por via postal independe do recebimento pessoal do interessado, sendo suficiente que a correspondência soja entregua no endereço existente no cadastro imobiliário municipal ou no local da constateção da infração trabnistica.					
								§ 4º Para produzir efeitos, a notificação por via postal independe do recebimento pessoal do interessado, sendo suficiente que a corresponsância seja entregue no endereço existente no cadastro imobiliário municipal ou no local da constatação da infeção urbanistica.
			§ 5º A notificação pessoal ou postal com aviso de recebimento poderá ser substituída por notificação eletrônica, caso o infrator ou seu representante legal tenha acesso ao processo administrativo eletrônico					\$5° A notificação pessoal ou postal com aviso de recebimento poderá ser substituída por notificação eletrônica que assegure a comprovação do recebimento e a autenticidade da comunicação.
			correspondente.					
								§ 6º Compete ao infrator manter atualizados seus dados cadastrais, inclusive endereço eletrônico, junto à Prefetura Municipal de Fiorianópolis, bem como accempante as notificações e o trámite dos processos administrativos em que figure como parte, sob pena de ser considerado revei nos autores.
				Modificar o texto 15 días para 15 (quinze) días úteis.	XII. informação de que o autuado possui prazo de até 15 (quinze) dias (uteis) contados a partir da ciência da autuação para apresentação da defesa ou impugnação ao auto de		O item XII foi retirado, de forma que possa ser regulamentado posteriormente.	Art. 99 O auto de infração deverá conter, no mínimo:
			i - identificação do órgão fiscalizador; ii - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço para correspondência;		partir da ciléncia da autuação para apresentação da defesa ou impugnação ao auto de infração, bem como que poderá pagar multa com desconto.			i - identificação do órgão fiscalizador; ii - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço para correspondência;
			 iii - endereço da infração urbanística, além da hora, dia, mês e ano da constatação da mesma; iv- georreferenciamento do local da infração, quando disponível; 					 ii - endereço da infração urbanística, além da hora, dia, mês e ano da constatação da mesma; iv- georreferenciamento do local da infração, quando disponíve;
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 100	dispositivo legal infringido; vii - nivel de gradação da infração;			NÃO ACEITO		I reasonación de la constantación com o respectivo entienco para correspondência; i - nome ou razida social de autuación, com o respectivo entienco para correspondência; i - poerreferenciamento de local de infração, quando disponíve; de descripto suamina de infração utanistica; vi - descripto suamina de infração utanistica; vi - despositivo legal infranção; vi - vieto despositivo legal infranção; vi - vieto despositivo desponítivos de constantación; vi - vieto desposição de infração; vi - vieto desposição de infração; vieto desposição de infração; vieto desposição de infração; vieto desposições de vieto de v
			I - Identificação do Orgalo facializador, em o respectivo a referença para consepondáncia; in-mone o razad para dos da antilados, cem no respectivo a referença para consepondáncia; in-georiferenciamento do local da infração, quando disponível; in-georiferenciamento do local da infração, quando disponível; vi-disponível horis participar funitaria feminispo funitariative; vi-disponível horis participaria; vi-disponível horis participaria; vi-disponível horis participaria; vi-disponível horis sample ou samples cominadas ou aplicadas; vi-indisciplo à samples ou samples cominadas ou aplicadas; vi-indisciplo à sample ou samples cominadas ou aplicadas; vi-indisciplo à samples ou samples cominadas ou aplicadas; vi-indisciplo à samples da sample ou samples cominadas ou aplicadas; vi-indisciplo à samples ou sampl					viii - Indicação da sanção ou sanções cominadas ou aplicadas; iv: Identificação e assinatura do autuado ou de seu prenosto:
			x: identificação e assinatura das testemunhas, quando couber; xi identificação e assinatura do agente fisca; e					x-identificação e assinatura das testemunhas, quando couber; e xi-identificação e assinatura do agente fiscal.
			xi-identificação e assinatura do agente fiscal; e xi-informação de que o autuado possui prazo de até 15 (quinze) días contados a partir da ciência da autuação para apresentação da defesa ou impugnação ao auto de infração, bem como que poderá pagar multa com desconto.					
	12/05/2025	Art. 101	Art. 101 O autuado poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da ciência da autuação, oferecer	Modificar o texto 15 dias para 15 (quinze) dias úteis.	Art. 101 O autuado poderá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da ciência da autuacito, oferecer defera qui imprumente poetra o auto de infrante.	ACRITO COM RESSAUVAS	Prazo ajustado para dias úteis.	Art. 100 O autuado poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da ciência da autuação,
CINDUCCON	12/05/2025	Art. 101	Art. 19 o decisido plocere, no princio de la figlicida y usas, comissio ante a tentra astranspo, cirrente defessa ou impagnação contra o auto de infração advogado ou procurador legalmente constituído, e deverá anexer à defessa o respectivo instrumento de procuração.		da autuação, oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração. Art. 103 O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituido, e deverá anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.	ACEITO COM RESSALVAS	Prazo ajustado para dias úteis.	Art. 1900 distancio posicienzi più parta di la Ostavi dei Inflandia. Gircacce defessa cu impugnação contra o auto de inflanção. Art. 102 O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, e deverá anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.
SINDUSCON			anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.		constituido, e deverá anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração. Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a	ACEITO COM RESSALVAS		
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 103						Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até 10 (dez) dias úteis para a juntada do instrumento
	12/05/2025	Art. 103	Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até 15 (quinze) dias para a juntada do instrumento a que se refere o caput.		juntada do instrumento a que se refere o caput.			que se refere o caput.
	12/05/2025		Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até 15 (quinze) dias para a juntada do instrumento a que se refere o caput. Art. 105 Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.	Modificar o texto 15 dias para 15 (quinze) dias úteis.	juntada do Instrumento a que se refere o caput. Art. 105 a decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.		Prazo ajustado para dias úteis.	Art. 105 Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis.
	12/05/2025		Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até 15 (quinze) dias para a juntada do instrumento a que se refere o caput. Art. 105 Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.	Modificar o texto 15 dias para 15 (quinze) dias úteis. Modificar o texto cinco dias para 5 (cinco) dias úteis	puntada do instrumento a que se renere o capac. Art. 105 Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis. 6.13 o recurso de que trata este artino será diriolido à autoridade que proferir o profesir o pr		Prazo ajustado para dias úteis.	Art. 105 Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis.
	12/05/2025		Pediginal deliciti. O subsido poderá requiere prazo de alé 15 (quinze) dissi para a juntada do instrumento a que a referir o capita. An 1.850 à decisido profesta para autoridada jugadera caberá incurso no pazo de 15 (quinze) diss. Al 1.850 à decisido profesta para autoridada jugadera caberá incurso no pazo de 15 (quinze) diss. 3° 10 censora de os unha cabe a referir de referir de la sociologia de como dissa, o encuentenda a que de caberá de como desta de como dissa, o encuentenda a autoridada como pazo de como desta de como dissa, o encuentenda a autoridada como para de caberá de como dissa, o encuentenda a autoridada como desta de como desta del como	Modificar o tento 15 dias para 15 (quinos) das úteis. Modificar o tento citoco dias para 5 (pinco) dias úteis	Ant 1.16 El a desta porterida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 15 (quinzo) dias úteis. §1 **10 Esca desta porterida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 15 (quinzo) dias úteis. §1 **10 recurso de que trata ente artigo cest dirigidos à autoridade que porferira o julgarendo na primeira materica; a qual, se nico reconsiderar a decisión no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o encamienta à autoridade competente para o julgarentor em segunda (cinco) dias úteis, o encamienta à autoridade competente para o julgarentor em segunda		Prazo ajustado para dias úteis.	Art. 100 Da decisió profenda pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias deles. § 1º O recurso de que trata este arrigo será dirigido à autoridade que profens o julgamento na primeira instalica, a qual, se não reconsideráe a a decisión no paras de 5 (deco) dias dese, o recursiminad à autoridade que profenso que desenvalva de la composição de composição d
			Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até 15 (quinze) dias para a juntada do instrumento a que se refere o caput. Art. 105 Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.	Modificar o texto 15 dias para 15 (quina) dias diteis. Modificar o texto cinco dias para 5 (cinco) dias idees	puntada do instrumento a que se renere o capac. Art. 105 Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis. 6.13 o recurso de que trata este artino será diriolido à autoridade que proferir o profesir o pr		Prazo ajustado para dias úteis.	Art. 105 Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 10 (doz) dias siteis. § 1º O recurso de que trata esta artigo sed dirigido à autoridade que proferir o julgamento na primeira instâtico, a qual, se não reconsidera a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o encuentribante à autoridade compositore sua o u diovenente ma encentra a útima instancia o primeira instancia, o encuentribante à autoridade compositore sua o u diovenente ma encentra a útima instancia o primeira primeira.

CONTRIBUINTE	DATA DE	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	Contribuição du comentário	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	D PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
	RECEBIMENTO		Art. 108 A aplicação de penalidades decorrentes de infrações a esta Lei Complementar não prejudica: I - o reconhecimento e consequente sancão de infrações à legislação federal, estadual e municipal.	O artigo 108 deixa claro que a aplicação de penalidades previstas na nova lei não exclui sançãos not infrações a outras lenislações como as de natureza tributária ambiental			N/A	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 108	inclusive de natureza tributário; II - a adoção de medidas judiciais cabíveis.	trabalhitas ou de segurança, nom impode o quizamento de ações judiciais cablevis. Tatas se de discussi de sahaguanda silvada, comum em legislações setroisis, que evita alegações de que a pusição de difinistrativa municipal esgotaria a responsabilização. Está em comonacida com our at 75, 95 de da Constitução Federa, que previ a responsabilidade objetiva do Foder Publico por danos, sem prejuiz do de outras campões. Reforça o principo da se aperação etre extere a deministrativa, civil de paradi.		ELOGIO		
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 109	Art. 199 Para fins de documentação e fiscalização, o alvará de licença para construir e licenças para demolições e movimentação de terra deverdio permanecer no local das mesmas, juntamente com o projeto aprovado, quando houser. Parágrafo Útrico. Estes documentos deverdo estar facilmente accessíveis à fiscalização da Prefettura durante as horas de tabalho e em perfetto estado de concervação.	Co dispositivos tratam de exişências formasis como afixação do alvará, placa de identificação, preservação de documentos, e instalação de tapumes e proteções. Essas obrigações fortalecem a transpariência, segurança pública e fiscalização urbanistica.		ELOGIO	N/A	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 110	durante as horas de tratabilho e em perteto estado de conservação. ART. 110 Toda de orae mescuptió deverá mante; em local visivel ao público, placa sidentificadosa, com as informações describiras da edificação e do itencisamento, conforme regulamentação do órgão licenciador. EJ P. A susferio da palezo ca u sea adiração em descarendo com este arriago poderá ensejar a autuação da obra e a paralisação imediata dos trabalhos selá e regulartração. EJ? Esta exigincia não ea palace aos cases maye hovere dispensa de licencisamento, not termos	Os dispositivos tratam de exigências formais como afixação do alvará, placa de identificação, preservação de documentos, e instalação de tapumes e proteções. Essas obrigações fortalecem a transparância, segurança pública e fiscalização urbanistica.		ELOGIO	N/A	NA
			estabelecidos nesta Lei Complementar. Art. 111 A execução do obras, incluindo os convicos proparatórios o correlementares, quas incluiações o	Acrescentar parágrafo prevendo sanções em caso da inobservância do Artigo 111.			As infrações estão tipificadas no Anexo I da Lei Complementar. Na ausência de dispositivo de infração	. NA
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 111	equipamentos, será procedida de forma a obedecer ao projeto aprovado, à boa técnica, ás normas técnicas e ao diretto de vitilahença, a film de garantir a segurança dos trabalhadores, da comunidade, das propriedades vitilnhas e dos logradouros públicos, observada em especial a legislação trabalhista pertinente.			NÃO ACEITO	específico, o proprietário será notificado a adequar e, caso não atenda, estará sujeito às samções estabelecidas no código 27 do referido anexo. O parácurafo único foi acrescido, conforme supestão.	Art. 112 O canteiro de obras, suas instalações e equipamentos, bem como os serviços preparatórios e
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 112	Art. 112 Curaterio de obras, sua instalações e equipamentos. bem como os serviços prepartáticos congliementares, respirator do refere de hambarque o disposto restas (in as Póremas Fércicas Bissáleiras, na légidação sobre segurança, no Código de Posturas e no seu regulamento.	Acrescentes pastigarão reafirmando a responsabilidade solidaria do proprietário e do responsável Telescrio polo palegamento do carteiro de dos, incluindo a ação dos fornecedores, de modo a evitar causar transformos ao trânsito e à vicinhança.		ACEITO	O paragrato linico foi acrescido, conforme sugestão.	Art. 112 Gunteiro de obra, sua instituições e equipmentio, hem como ou serviços preputations e heralitera, he especial de como
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 114	\$17 First stander on passes for terminise poders are elitables of late carricular out as a publication of temporary programs and temporary programs. In the carricular of temporary programs and temporary programs and temporary programs and temporary programs. In the carricular of temporary programs and temporary programs	Excess normative de § 9°. O degle de planejamente deve les cosses mais importantés par se procupar de que tégumes contracte de la contracte de la contracte de production de la contracte de		NÃO ACEITO	A residado foi freguena impact, distinuente a trovaçõe, de récidiros, acescilidade, acepraço, vider a e hiquide de regio polibilo. Petratos, classi amo o agio de priesement activo di originare esses aspectos, especialmente más certais ao com alta demodade de son, especialmente más acestimas ou com alta demodade de son, especialmente esta agrecia esta comissão ao com alta demodade de son, esta com a companidade de son, esta demodade de son, esta de companidade de son, esta esta demodade de son, esta esta esta esta esta esta esta esta	a vinharica, conforme norma sicricia, legislojo igunte englamentos municipas. NA
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 115	All 115°c demotes applications, extractiva è nucleosità dei edificación devela insider de la funciona Basiliaria perferentas, benur como a l'agramante/que sepecifica glaciment, conforme o suo e acranizationa de construção. Increas Basiliaria perferenta de construção de construição de construção	Arrigus 113 et 17 - Acestibilidade in egropusabilidades terricas: As diriugições de atendimente la Arrigus 113 et 17 - Acestibilidade in especialidades estado em consociados com o Estabelo de Prazosa com Referência (b. el 13 146/2015).		ELOGIO	NA	N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 115	Ant. 150 e diemetros arquitationes, estimatais à functional das edificações devinda caratér à la hormationa Biosalesse perimeta, best como à la applicamentações especificas placificas, confidence a vue o \$1.00 km s. 100 km s.	\$1" Accessorata so final do parágrafo", quando exiglesi, conforme diretro XXX do Artigo 2 do Estatuto do Caledo."		NÃO ACEITO	A nescripto processa configura e necesso comunion, uma vez que a el enterio XXI de Estando de Cladele tente de procepos general confirma vienas, a librarbación o esignito de nom a municipal. A desider tente de procepos que manural de la confirma del la confirma de la confirma del la confirma de la confi	NA
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 116	Art. 161 is available de projetos de construçõe, informa ou regularração de edificações prividas de sua obtenido ca de dificações públicas, sort designadas a obtenidoras do disposições pervisitas and considerado de designada de la composiçõe de prividas de sua composiçõe de consideradoras de passas com endicidades reducidos. 2º 1º 1º cos com de modicações ou amplicaçõe de anticomenta de circumán de passas com endicidades reducidos. 2º 1º los cos com de regularração de anticações designadas estacendas, co amplicante de composições de anticações	Incluir o termo - atestada no registro ou anotação de responsabilidade técnica. Assim o município se protege de ser responsável solidariamente por eventual descumprimento da norma técnica.		АСЕПО	A proposta é primiente a crimibia para reforça a responsabilitação técnica quanto ao cumprimento das normas de acessibilidade, requiardando a atuação do Município.	Art. 161 as autiliar de projetos de continuida, reforma con repulsaração de officiación primidas de uso continuida continuida de
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 117	Art. 117 A apresentação de projeto simplificado não exime o responsável técnico pela elaboração e execução da obra do cumprimento integral das normas de acessibilidade aplicaveis. Parágrafo único. O responsável técnico deverá firmar declaração específica atestando a conformidade do projeto com an Normas Técnicas e regulamentrações aplicaveis à acessibilidade.	Artigos 115 a 117 - Acessibilidade e responsabilidades técnicas: As obrigações de atendimento de Normas da ABNT, espocialmente em acessibilidade, estão em consonáncia com o Estatuto da Pessao com Deficiência (La 113 4/26) estão em consonáncia com o Estatuto da Pessao com Deficiência (La 113 4/26). A la companio de la companio del la companio de la companio del la companio del la companio de la companio del la companio de		NÃO ACEITO	Embora a ARTI/RRT atribua responsabilidade geral ao profissional, nem todas as soluções de acespellidades ado representadas garlicamente nos projetos simplificados. A exigência de declaração expelifica interedit no própio projeto réforça o comprensas telerica com a aplicação das romas de acespellidades assegura o sea comprimento também na execução da obra. Traba-se, portanto, de portamento de comprensa de preventos, por compligar administrator de comprensa do como responsabilidades com carriedades por comprensa por complicar administrator de comprensa con consonador liberços, por complicar administrator de comprensa de responsabilidades con comprensa que comprensa de comprensa de comprensa de responsabilidades con comprensa de comprensa de comprensa de responsabilidades de comprensa de comprensa de comprensa de responsabilidades de comprensa de comprensa de responsabilidades de comprensa de comprensa de responsabilidades de comprensa de responsa de la comprensa de responsabilidades d	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 120	Art. 120 Poderão ser admitidos elementos arquitetónicos de fachada sobre a área do logradouro público conforme diretrizes do órgão de planejamento.	mesmos termos em sua ART/RRT. Muros e lograduros públicos: A permissão de elementos arquitetônicos avançarem sobre o logradouro exige cautetia e controle urbanístico, pois afeta diretamente a fruição do espaço público e pode conflitar com o princípio da função social da propriedade (CF, art. 182, §2º).		NÃO ACEITO	responsable floritico. O artigo T20 ja prived quel tais elementos devertão observar as diretiras do órgão de planejamento, o qual possal competitiva Menica para avelar arpaccio subministicos, de circulação, fruções pública, qual possal competitiva Menica para avelar arpaccio subministicos, de circulação, fruções pública, mominas especificas, agrantendo fissibilidades e autualização confirme as demandas submanas, sem a register que destalhamentos legalas executivos poderám impor. Ascim, entende-es que a redisções datal e suflucente as destalhada para assespara o rooritine necessarios obce ou so do espapo pode ou su do espapo pode ou so do espapo pode ou so do espapo pode se sudicine de adequada para assespara o rooritien encessarios obce ou so do espapo pode se sudicine de adequada para assespara o rooritien encessarios obce ou so do espapo pode se sudicine de adequada para assespara o rooritien encessarios obce ou so do espapo pode se sudicine de adequada para assespara o rooritien encessarios obce ou so do espapo pode se sudicine de adequada para assespara o rooritien encessarios obce ou so de espapo pode se destalhamento de semante de adequada de actividado de actividado de autualização control encessarios obce ou so de espapo pode se de adequada de actividado de adequada de actividado de actividado de actividado de adequada de actividado de activid	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 121	Art. 121 O Manicipio poderá exigir. conforme regulamentação do Poder Executivo, a adeqão de medidas de edicações, especialmente aquelas de mace por los crimações durinos, como relacio atrigações despitações as mediares deministrator de como pode con imparto unitamo como relacio atrigações despitações as mediares deministrator no capat poderão contemplar, entre contras, normas sobre capação de resus de 1º 1º de espitações persoa de poderão contemplar, entre contras, normas sobre capação de resus desempenho emergia de estretiçãos de espitações de estretiçãos de espitações de estretiçãos de estretiçãos de espitações de estretiçãos de espitações de estretiçãos d	Sustemabilidade e residuos: O Municipio podera exigir medidada de mentina de la manifesta de la medidada de mentina de la manifesta de la mentina del mentina de		ACETO COM RESSALVAS	e dinformer adequata para sassignar o comprie necessitio outro o uso de sepapo público. A applica de folh desiros adendelesando persona o en 17.1, 15, en especialo personal promopio presido a porte para a concessão de 16 historia, en apresentação dos laudo facilitos de serios comprimento derico a medidas delesandas para interior folhacidas, estados delesandos comprimento derico, estados delesandos para concessão del 16 historia de para serios delesandos entre delesandos entre delesandos entre delesandos entre delesandos deles delesandos delesandos deles delesandos deles delesandos deles delesandos delesandos deles delesandos deles delesandos deles delesandos deles deles deles deles delesandos deles deles deles	Art. 121 O Municipio podesti essigi: conforme regulamentação do Proder Executivo, a adoção de medidas de efficações, especialmente aquelas de maior porte ou impacto utriano, com vistas a imagisção a desprações as materias entimises. § 1º A se asplicas previstas no capa podedo contemplar entre auditas, nomas sobre capataçõe ne muse deservadores entre auditas, nomas sobre capataçõe ne muse deservadores entre auditas, nomas sobre capatações ne mode extendente de apuna pluviato, obrem dos a deservadores entretidas deservadores expendiras. § 1º O parâmento estandações de mende sucestrável de áquas pluviato, obrem dos a deservadores entretidas deservadores preventadores perior mode fincha técnica autodicalizatión, deservadores perior especialmente entretas deservadores perior especialmente estanda deservadores perior especialmente estanda deservadores perior especialmente estanda deservadores entretas de capatidas de la capacida de la capacida de capacida de la capacida

CONTRIBUINTE	DATA DE	ARTIGO DA MINUTA	REDAÇÃO ATUAL DA MINUTA	CONTRIBUIÇÃO OU COMENTÁRIO	SUGESTÃO DE REDAÇÃO, QUANDO HOUVER	PARECER	CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	REDAÇÃO ALTERADA
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 121	AN 130 Memoires podes en un confirme requirementação do Trivato Executiva, a desção de medidas de edificacións, especialmente apueires de muso porte ou respecto unhano, com vistas a imágação e adeptação e adificação, especialmente aqueires de muso porte ou respecto unhano, com vistas a imágação e adeptação a 12 Vais e applicação partira ou capar podesse contramina, cem no numa, momenta des applicação e do aquas plandas, estermas passanos os direntançãos, uso de notes renovieves de energe, indese minemos de desempenho emerginar de extendigas de municipal quantitativo de departamento de supera planda en desempenho emerginar, obrava de astrategias de municipal unautitativo de departamento de consequente de establicação de cartelização de municipal quantitativo de departamento de supera plandas de castrategias de municipal unidade de \$2° con partiramo de castrategias de municipal defendo de proprio de final factoria autoricateristica, devidamentes presentos de assistada pola responsabile felicido do proprio de final factoria, desentando autoridamento presentos de castrategias de municipal defendo de proprio de final factoria, desetando autoridamento presentos de castrategias de municipal defendo de proprio para de la castrategia de castrategias de municipal de \$20° con castrategias de castrategias de castrategias de \$20° con castrategias de castrategias de castrategias de \$20° con castrategias de castrategias de castrategias de \$20° con	As exigências contidas neste Artigo já devem constar como obrigatórias pelo município e não facultativa, conforme constar no Artigo, para edificações de grande porte e obras de grandes impactos. Desse modo, deve-se substituir a expressão "poderé exigir" po" exigirito" e já colocar, no próprio capar to em inclusio, so critérios garántimos que determina quando a regra se aplica, conforme a	Art 110 Memigrie regist, accliment regulamentaciós de Pode Texestino, a señoda de medidas de eficialistica enjurido, se como del signi en como sobre commitmos suscentiamente enjurido de efficialistica en proprior de	NÃO ACEITO	Embora o fortalemento de obligationische loga separanea politica e mano prevalentische, retext form munitico com joudes cestim et aus mette com joudes para de causaterische se entragene para personar a recessate fixed linicia equalization. Esta fixeditische de institutionate para que no Peter Emourino, com base em estudios sicricos servicia de la companio com a evolugia terceriscipas e se seperincidades bosis, sere migratamento persona de norma. Assam a retigo establica em equilitar cere responsan proficia e demanno, personale que a regulamentação destabre ou critidos os deplicações confirme impesta, porte a exerciso selectoro, a propriementação destabre ou critidos de aplicações confirme impesta, porte a exerciso selectoro, aprimoramento correspondo facili.	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 122	Art. 122 Todas as edificações, independentemente do uso ou atividade, deverão dispor de local específico para apresentação dos residuos sólidos à coleta, conforme as diretirizes e os dimensionamentos estabelecidos nas instruções normativas da operadora dos serviços de manejo de residuos.	Os dispositivos sobre residuos sólidos são coerentes com a Política Nacional de Residuos Sólidos (Lei 12.305/2010), inclusive ao prever locais adequados de coleta e separação de residuos especials.		ELOGIO	N/A	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 125	Art. 125 As edificações que gerem resíduos especiais, não classificados como residuos sólidos urbanos, deverão dispor, além dos depósitos interno e externo, de instalações especificas para armazenamento, coleta e destinação adequada desas fração de residuos, conforme regulamentação e legislaçõe específica.	Os dispositivos sobre residuos sólidos são coerentes com a Política Nacional de Residuos Sólidos (Lei 12.305/2010), inclusive ao prever locais adequados de coleta e separação de residuos especiais.		ELOGIO	N/A	N/A
SINDUSCON	12/05/2025	Art. 126	Art 154 fordade ser dejets de registratção as communições estimentes que não possuam finoncimente indicatoria, desde se discipante de 154 discipações de 155 discipaç	Regularização condicionada ao atendimento piezo à legislação durbanistica. Exige que contrações impligados do joucian presigialização se produce monotomica por lavariores, Código de thosa sus a finiças a aspectos junidas a está a sepáração de abilitária os políticas, como as que tentracionamente mismos o contrale atravelación mon devianas cidados. \$1" 6.50" - Exigen projeto decisico asrinado e regulamento prispos 6 fundamental que o regulamento terhalegal do finiciótico o tento da les, sob peras de vicio de legislidade.		ELOGIO		N/A
ASSOCIAÇÕES	12/05/2025	Art. 133	Art. 133 Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Lei Complementar nº 60, de 2000, e a Lei complementar nº 707, de 2021.	Incluir: "Esta LC revoga Lei Complementar no 060 de 11/05/2000".		ACEITO COM RESSALVAS	Informamos que a redação do artigo 133 já contempla a revogação da Lei Complementar nº 60, de 2000, conforme o trecho "revogando-se a Lei Complementar nº 60, de 2000", atendendo assim ao pedido de inclusão indicado.	N/A
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	NOVO ARTIGO	ndo tens	Justificativa: aglitzar a concessão dos atos administrativos	Art. XX. Fica installation o siteman de conferenciamento de prefixessanse de Arquitettura ou presignitural Civil para estabar instalonis, delibera generarea en minutar aprovações a sido autorizativos a seema abendado para abundidade competentes instalos aproveção de proprior de competente instalonis a proprior a seema de provinção de PET. Por preferenciam de provincencia de suas seu como circitaria de partida para estermi generados policitarios de de suar como professiona autoriorea segundario de grapidas a serem generados policitarios de sua como professiona autoriorea segundario de grapida a serem generados policitarios de suar como professiona autoriorea segundario de porte a serem generados policitarios de sua como professiona autoriorea segundarios de contractorio de servicio activamento del conferencia de conferencia de servicio de servicio de contractorio de conferencia del conferencia de conferencia de servicio de servicio consegundario.	NÃO ACEITO	Otema de condenciamente de profesionaises para entrotase e emissão de paraceres foi ampliamente discustivo de infestira de comissão de Revisido de Colora, bar mome mais Consenhi Escacións, (modi sede decidido per ún la cestra de proposas. A minista assi confessio para possibilidade de partir portuguira de consentante de securido para portuguira de la capital de la capital de la consenhi de la capital de	N/A
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	NOVO ARTIGO	não tem		Art. 40. Fica assegurado o licenciamento declaratirio para edificações multifamiliares e comerciais com ait 1:000 (um mi) metros quadrados, independentemente de portana que trate dos portes abrangidos pelo sistema declaración.	NÃO ACEITO	O pedido para inclusão do li cenci amento decirantiro para edificações multi-imiliarea comercias com as 100 or 16 mayos, portes aberrações palo sistema disciparativo assignadas definidos por Conformes animus vegente, os portes aberrações palo sistema disciparativo a capacidade do Municipio regularizado, colorações a multiculado de internamento decirantiro as capacidades do Municipio que porte de considerado de la regularização de la preserva propunsos pelos cales experienciana, permitindo ajustes conformes a acapa de sependicas e aconsos acestivos portes portes para conformes a acapa de sependicas e aconsos acestivos portes para conformes a capacida portes portes acestivos acestivos portes por	N/A
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	NOVO ARTIGO	não tem	 Incluir de que forma ocorrerá os procedimentos infracionais (se físicos ou digitais) e que o procedimento será regulamentado por meio de portaria, especificando-se a forma de protocolo da defesa e de acompanhamento do processo; 		NÃO ACEITO	A inclusão detalhada dos procedimentos infracionais, incluindo a forma física ou digital, bem como o protocolo da defesa e o acomparhamento do processo, será disciplinada por regulamentação específica.	N/A
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	NOVO ARTIGO	não tem	Criar o procedimento de conciliação prévia, antes da defesa, para incentivar a regularização e diminuir a quantidade de processos.		NÃO ACEITO	A legislação proposta não veda a implementação de mecanismos de conciliação ou mediação administrativa em fase perpocessual. Contuda, entende a que a criação de um procedimento específico de conciliação deva ser avalisda com base em critérico de conveniência, oportunidade e capacidade administrativa, podendo es entitudad por al comamarião do Poder Escueliva, conforme o interesse público. Per essa razão o pedido não foi incorporado à ministra do Código, mas podenti ser objeto de futura regulamenteçõe, as essem entender o spetor público complemente.	N/A
ACOF / IMAVI / CDL / OAB-SC / AsbeaSC	12/05/2025	TODOS	TODOS	Estabelecer contagem de prazos em dias úteis para uniformizar com o previsto no Código de Processo Civil e com outras legislações que preveem procedimentos específicos, como o Código Ambiental de Sarita Catatrias;		ACEITO COM RESSALVAS	Os prazos serão ajustados para dias úteis.	N/A



Assinaturas do documento "CONSELHO DA CIDADE - ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES "



Código para verificação: XKOKQ3OA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IVANNA CARLA TOMASI (CPF: ***.283.319-**) em 29/05/2025 às 10:44:27 (GMT-03:00) Emitido por: "SolarBPM", emitido em 10/11/2024 - 14:14:15 e válido até 10/11/2027 - 14:14:15. (Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

https://servicos.floripa.sc.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo PMF I 00043233/2025 e o código XKOKQ3OA ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.